

BRASA X – Brazilian Studies Association

Brasília, 22 a 24 de julho de 2010

Mesa - Narrativas cruzadas: Brasil/Argentina¹

Um intelectual brasileiro no Prata: a Argentina sob o olhar de Oliveira Lima²

Kátia Gerab Baggio
Departamento de História
Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil
Apoio: FAPEMIG

As relações entre Argentina e Brasil, no século XIX e em grande parte do século XX, foram caracterizadas, como se sabe, por rivalidades mais ou menos explicitadas. Entretanto, tentativas de aproximação diplomática, cultural e intelectual foram feitas em diferentes momentos, além de esforços para ampliar as trocas comerciais. Após a proclamação da República no Brasil, em 1889, houve uma evidente aproximação do Brasil com os países do continente, em especial os Estados Unidos, mas, também, com as repúblicas hispano-americanas.

Entre os intelectuais que se esforçaram para incrementar os laços com os países americanos encontra-se o historiador e diplomata Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), um dos principais intelectuais brasileiros de sua geração.³

O autor publicou uma vasta e diversificada obra: mais de vinte livros, além de opúsculos, artigos, conferências e manuais didáticos que versam sobre a história do Brasil nos períodos colonial e monárquico (particularmente a história política do Brasil Império); história de Pernambuco, seu estado natal; história diplomática e política internacional; coletâneas de colaborações à imprensa; literatura brasileira e estrangeira; impressões de viagens e memórias. Entre suas obras, inclui-se o

¹ A mesa, apresentada em 24 de julho de 2010, foi coordenada por Isis Costa McElroy (Arizona State University, USA), com os seguintes palestrantes: Amalia Sato (Fundación Centro de Estudios Brasileiros, Argentina), Kátia Gerab Baggio (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil) e Lúcia Helena Costigan (The Ohio State University, USA). Teve como debatedora a professora Leila Lehnen (University of New Mexico, USA).

² A apresentação deste trabalho na BRASA X contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG, Brasil.

³ Além das suas funções junto ao Ministério das Relações Exteriores, Oliveira Lima estabeleceu vínculos com algumas das mais importantes instituições intelectuais brasileiras de sua época: foi membro ou sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), da Academia Brasileira de Letras (ABL), do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAGP) e da Academia Pernambucana de Letras (APL). Também atuou como colaborador em importantes jornais e revistas do Brasil e do exterior: *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *O Imparcial*, *Jornal do Recife*, *Diário de Pernambuco*, *La Prensa* (Buenos Aires), *Revista Brasileira*, revista *ABC*, *Boletim da União Pan-Americana*, *Hispanic American Historical Review*, *The Pan-American Magazine*, *La Revue* (Genebra). Publicou, ademais, inúmeros livros no Brasil e no exterior. Ou seja, teve uma intensa e constante atividade e inserção intelectual em espaços de prestígio.

volumoso livro sobre o denominado Período Joanino, intitulado *Dom João VI no Brasil*, considerado por vários estudiosos do autor como seu principal trabalho.⁴

Neste texto, pretendo analisar as impressões e reflexões sobre a Argentina elaboradas por Lima, particularmente em seu livro *Na Argentina (impressões 1918-19)* —publicado em 1920, com 263 páginas—, que traz reflexões sobre o país platino escritas a partir das experiências do autor na Argentina, durante estada de quase sete meses, entre meados de 1918 e inícios de 1919. A obra também inclui conferências e discursos pronunciados pelo autor em distintas e importantes instituições culturais e educacionais argentinas.⁵

Entretanto, antes de tratar propriamente das considerações de Oliveira Lima sobre a Argentina, abordarei brevemente alguns aspectos de sua trajetória pessoal, profissional e intelectual, fundamental para compreender como se constituiu sua sociabilidade e sua visão sobre o país vizinho. Também farei algumas breves referências acerca de sua obra, em especial, sobre seus trabalhos relacionados ao continente americano, nos quais o autor analisou aspectos políticos e sócio-culturais dos Estados Unidos, da América Latina e das relações entre as Américas. As interpretações do autor brasileiro sobre a vida social, política e intelectual argentina, em fins da década de 1910, tornam-se mais claras a partir da inserção de seu livro sobre o país vizinho na sua trajetória e obra.⁶

Oliveira Lima distinguiu-se nos meios diplomático, político e intelectual brasileiro não só por sua intensa e relevante produção, como também por seu gosto pela polêmica e explicitação de posições sobre a política nacional e internacional que, com frequência, estimularam o debate e a controvérsia, contribuindo para o surgimento de inúmeros aliados e, por outro lado, desafetos e inimigos, dentro e fora do Ministério das Relações Exteriores, também conhecido como Itamaraty.⁷

Manoel de Oliveira Lima era filho de um comerciante português bem sucedido —proprietário de escravos domésticos, estabelecido no Recife— e sua mãe pertencia a uma família de arrendatários de engenho de cana-de-açúcar. Ou seja, ainda que não fosse propriamente descendente da

⁴ Esta obra foi recentemente reeditada: OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, 790 p. (1ª. edição de 1908).

⁵ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Na Argentina (impressões 1918-19)*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1920, 263 p. O livro também foi publicado em espanhol, no mesmo ano: *En la Argentina (Impresiones de 1918-19)*. Montevideo: Tall. Gráf. A. Barreiro y Ramos, 1920, 277 p. (versión española de Valentín Diego). Há, também, uma edição recente: *En la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Nueva Mayoría, 1998, 197 p. (trad. de Hernán Gugliotella). Esta última edição, mais enxuta, provavelmente exclui as conferências e discursos. Oliveira Lima também publicou, em espanhol, *La evolución histórica de la América Latina: bosquejo comparativo*. Madrid: Editorial América, s.d., 280 p. (tradução do livro *The evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, Stanford University, 1914, por Angel César Rivas); e *Formación histórica de la nacionalidad brasileña*. Madrid: Editorial América, 1918, 278 p. (tradução e prólogo de Carlos Pereyra). Este último livro também foi publicado em Paris (Garnier, 1911). A editora América era dirigida, em Madri, pelo escritor venezuelano Rufino Blanco Fombona.

⁶ Sobre a trajetória pessoal, profissional e intelectual de Oliveira Lima, ver: MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

⁷ O nome Itamaraty vem da associação da antiga sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (situada na Rua Larga, no Rio de Janeiro, desde 1899) a seu antigo proprietário, o Barão Itamaraty. O costume tornou-se lei em 1967. A partir de então, o MRE passou a ser denominado, oficialmente, Itamaraty.

aristocracia agrária pernambucana, ligava-se a esta através da atividade rural da família materna — como fez questão de salientar em suas memórias.⁸ Pelo casamento, o historiador pernambucano também buscou consolidar seus laços com a oligarquia regional, já que sua esposa, Flora Cavalcanti de Albuquerque, pertencia a uma tradicional família de proprietários de terras e engenho de açúcar.⁹

Realizou sua formação educacional em Lisboa, para onde sua família se transferiu ainda na infância do futuro diplomata. Também na capital portuguesa, formou-se no Curso Superior de Letras. Começou cedo na carreira diplomática, pouco antes de completar 23 anos, como adido de primeira classe da Legação do Brasil em Lisboa. No ano seguinte, já era segundo secretário. Depois de Portugal (1890-1892), Oliveira Lima ocupou postos diplomáticos em Berlim (1892-1895), Washington (1896-1900), Londres (1900-1901), Tóquio (1901-1903); Caracas (1905-1906); Bruxelas e Estocolmo (1908-1912) até que, em 1913, depois de conflitos e dissabores na carreira, solicitou e obteve a aposentadoria no Itamaraty.

Dedicou-se integralmente, a partir de então, às atividades acadêmicas. Obeso e com problemas de saúde, ainda assim continuou a viajar pelo Brasil e exterior, além de escrever, publicar, ministrar cursos e conferências. Voltou aos Estados Unidos, em outubro e novembro de 1912, para uma série de conferências em doze universidades do país, entre elas, algumas das mais importantes, como Stanford, Berkeley, Chicago, Columbia, Yale e Harvard. Essas conferências foram repetidas no Rio de Janeiro, no ano seguinte, e reunidas no livro *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*.¹⁰

Foi, também, professor visitante na Universidade de Harvard —durante um semestre letivo, de 1915 a 1916— e viajou pela Argentina, de 1918 a 1919, ocasião em que ministrou conferências, conheceu algumas das principais cidades do país, além de estabelecer relações intelectuais e de amizade com personalidades do mundo político, intelectual e diplomático.¹¹ Finalmente, em 1920, mudou-se para os Estados Unidos e dedicou os últimos anos de sua vida a lecionar na Catholic University of America (CUA), em Washington (D. C.), e a instalar e organizar sua valiosíssima biblioteca —com cerca de 45.000 volumes, muitos deles raros—, doada para essa mesma instituição, com a condição expressa de que a CUA criasse e mantivesse uma cadeira de língua portuguesa e história literária e econômica de Portugal e do Brasil. Além disso, continuou a escrever e a publicar obras históricas, artigos em revistas acadêmicas e jornais —entre outros, *La Prensa*, de Buenos Aires—, além de escrever suas memórias —de publicação póstuma— e inaugurar uma cadeira de

⁸ Ver OLIVEIRA LIMA. *Memórias (estas minhas reminiscências...)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937 (obra póstuma).

⁹ Cf. MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, p. 29-50.

¹⁰ OLIVEIRA LIMA. *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Rio de Janeiro: Garnier, 1914, 188 páginas. Como já mencionado, esse livro foi também publicado em inglês e em espanhol.

¹¹ Viagem essa que deu origem ao livro *Na Argentina (impressões 1918-19)*.

Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1923. Faleceu em Washington, onde foi enterrado, em março de 1928.

Oliveira Lima, em vários dos seus textos, escreveu sobre o continente americano e as relações entre as Américas. Em 1899, publicou *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*, a partir de sua experiência como diplomata naquele país, que se estendeu de 1896 a 1900.¹² Nesse livro, manifestou vivo entusiasmo pelo país anglo-saxão: elogiou o “progresso material”, a “paixão pelo estudo” e a “energia individual”.¹³ O diplomata brasileiro reconhecia nos Estados Unidos uma potência emergente e aceitava a Doutrina Monroe, na época, como um princípio de defesa continental. A percepção do desenvolvimento rápido e impressionante dos Estados Unidos levou o historiador brasileiro a justificar a política externa adotada pelos norte-americanos nos continentes americano e asiático. Oliveira Lima —que vivia nos Estados Unidos por ocasião da Guerra Hispano-Americana e cujo livro de impressões sobre o país foi publicado no ano seguinte ao conflito— tinha clareza sobre o caráter intervencionista da política externa estadunidense, mas justificava essa perspectiva com base na idéia de que as “nações fortes” tinham uma “eterna condição” de se expandir e se tornar “conquistadoras”, como uma espécie de “lei natural”, e que a única maneira que os “países fracos” tinham para evitar a dominação era o empenho para alcançar o progresso e a prosperidade. O autor, apesar de reconhecer o crescente “apetite imperialista” dos EUA —denomina os conflitos nas Filipinas como “guerra de conquista, [...] guerra de extermínio”—, terminou, em fins do século XIX, por justificar as investidas norte-americanas na América Central, Caribe e no Extremo Oriente, ainda que com evidentes ressalvas. Ou seja, Oliveira Lima percebeu e afirmou de maneira inequívoca que as ações intervencionistas e expansionistas dos Estados Unidos, realizadas em nome do monroísmo, tinham um caráter colonialista e imperialista. Entretanto, em sintonia com as diretrizes do governo brasileiro, através do Itamaraty —que pretendia estabelecer relações mais estreitas com o país do norte e tornar o Brasil uma espécie de aliado preferencial dos Estados Unidos na América do Sul—, e em conformidade com a sua condição de diplomata, o intelectual pernambucano expôs sua admiração pelo país anglo-saxão e a sua convicção de que não havia qualquer risco de intervenção dos Estados Unidos no Brasil, qualificado por ele como “a primeira potência da América do Sul”.¹⁴

Alguns anos depois, certamente impactado pelas suas experiências em Tóquio e Caracas, e pelo endurecimento da política externa intervencionista e militarista dos Estados Unidos, o autor tornou-se um dos críticos mais combativos da proposta pan-americanista formulada por James Blaine. Por ocasião da III Conferência Pan-Americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906,

¹² OLIVEIRA LIMA. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1899, 524 p.

¹³ OLIVEIRA LIMA. *Nos Estados Unidos*, p. 1.

¹⁴ OLIVEIRA LIMA. *Nos Estados Unidos*, p. 361-513 *passim*; MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, p. 122-131.

Oliveira Lima escreveu, antes e depois do evento, vários artigos polêmicos que combatiam a Doutrina Monroe, a política do *big stick* de Theodore Roosevelt e a política externa norte-americana para a América Latina.¹⁵ As críticas contidas nesses artigos valeram ao autor choques políticos irreparáveis com o Barão do Rio Branco —ministro das Relações Exteriores do Brasil de 1902 até sua morte, em 1912—, e com o seu colega Joaquim Nabuco, embaixador em Washington e defensor de uma aliança incondicional do Brasil com os Estados Unidos.¹⁶

De maneira diversa da posição anteriormente explicitada no livro de 1899, nos textos incluídos em *Pan-americanismo*, de 1907, Oliveira Lima afirmou que, na prática, o monroísmo pouco ou nada tinha protegido as repúblicas ibero-americanas das agressões européias. Ao contrário, servia como mecanismo de justificação das agressões dos próprios Estados Unidos. Para o diplomata brasileiro, reconhecer essa doutrina significava abdicar da soberania para consagrar o princípio da intervenção. Sustentou que o monroísmo tinha sido sempre uma doutrina egoísta e que nunca tinha representado garantia recíproca de defesa e soberania, pois os Estados Unidos se reservaram o direito de escolher quando e porque aplicá-la, de acordo com seus próprios interesses.

Para corroborar suas posições, lembrou a Guerra Hispano-Americana de 1898, afirmando que a transformação de Cuba em um Estado totalmente subordinado aos interesses dos Estados Unidos e a conversão de Porto Rico e das Filipinas em colônias norte-americanas demonstraram os reais interesses contidos na idéia da “América para os americanos”. A manobra política do governo norte-americano para separar o Panamá da Colômbia, apoderar-se de uma parte significativa do território do novo país e construir o canal interoceânico também foi lembrada por Oliveira Lima como uma confirmação das suas críticas aos Estados Unidos. Sem deixar qualquer margem a dúvidas acerca de suas opiniões, afirmou: “É força ter presente que a doutrina de Monroe só veda conquistas na América aos europeus, não as veda aos americanos do norte”. E arrematou: “... não há que nos fazemos ilusões, o período que atravessamos é de imperialismo, portanto de ameaça latente”.¹⁷ Para ele, acreditar na Doutrina Monroe tal qual ela foi enunciada, com o objetivo de impedir as intervenções européias no continente, era ingenuidade. A doutrina, com o corolário de Roosevelt, expresso na política do *big stick*, teria se adaptado perfeitamente ao imperialismo.

O tema do pan-americanismo e das relações entre as Américas era central no debate da época. As idéias circulavam entre políticos, diplomatas e intelectuais e provocavam polêmicas

¹⁵ Esses artigos foram reunidos em: OLIVEIRA LIMA. *Pan-americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt)*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, 198 p. (1ª. edição de 1907). Os artigos foram originalmente publicados nos jornais *Diário de Pernambuco* e *O Estado de São Paulo*, entre 1903 e 1907. Theodore Roosevelt foi presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1909.

¹⁶ Joaquim Nabuco foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos desde a criação da Embaixada, em janeiro de 1905, até sua morte, cinco anos depois, em janeiro de 1910. Em julho de 1906, veio ao Rio de Janeiro para presidir a III Conferência Pan-Americana.

¹⁷ OLIVEIRA LIMA. *Pan-americanismo*, p. 99-100.

acirradas entre os contendores. O meio intelectual era restrito, mas atuante e diretamente envolvido com as principais questões políticas e culturais do período.

Numa aguda crítica à política externa brasileira, Oliveira Lima considerava que, enquanto as repúblicas hispano-americanas, com a Argentina e o Chile à frente, assumiam como causa comum a resistência ao domínio norte-americano, o Brasil “sentia que nada tinha a temer e até se sentia com vigor para aspirar e dividir com os Estados Unidos a ‘hegemonia hemisférica’”.¹⁸

Coerente com as idéias expressas a favor da soberania dos Estados latino-americanos, Oliveira Lima apoiou a Doutrina Drago, que se opunha ao uso das Forças Armadas de um país contra outro, como instrumento de pressão para cobrar dívidas. Luis María Drago (1859-1921), jurista e, na época, ministro das Relações Exteriores da Argentina, enunciou sua doutrina em 1902, como resposta ao bloqueio dos portos venezuelanos por navios de guerra ingleses, alemães e italianos, entre fins de 1902 e inícios de 1903, que teve como objetivo obrigar a Venezuela a saldar dívidas. O argumento central do ministro argentino era que os credores, de qualquer país, em razão da suspensão do pagamento da dívida (do principal ou dos serviços), não tinham o direito de reclamar a ação armada dos seus governos contra os devedores, levando-se em consideração que, na taxa de juros e nas negociações efetuadas entre as partes, já estavam previstos e embutidos os riscos da negociação. Além disso, e mais relevante ainda, que “a cobrança compulsiva e imediata, em um momento dado, por meio da força, não traria outra coisa que a ruína das nações mais débeis e a absorção de seu governo com todas as faculdades que lhe são inerentes pelos fortes da terra”.¹⁹ Segundo Oliveira Lima, concordando com Drago, semelhante modo de cobrar dívidas era nada menos do que tirânico, pois nunca o empregaria uma nação grande e forte contra outra de igual magnitude e fortaleza, reservando-o tão somente para as nações pequenas e débeis.²⁰ Drago defendia que a soberania das nações não poderia ser aviltada por semelhante forma de violência. O bloqueio dos portos venezuelanos pela falta de pagamento dos serviços da dívida pública do país era, para o ministro argentino, “um precedente perigoso para a segurança e a paz das nações desta parte da América”.²¹ Drago chegou a afirmar que a cobrança dos empréstimos pelas potências européias através da agressão militar era uma contradição evidente aos princípios da Doutrina Monroe. A declaração de Drago foi dirigida aos Estados Unidos, que se eximiram de apoiar a Venezuela, alegando que as potências européias não tinham a intenção, ao bloquear as costas do país sul-americano, de recuperar ou colonizar territórios. Para o jurista argentino, a cobrança das dívidas

¹⁸ OLIVEIRA LIMA. *Pan-americanismo*, p. 42 (grifos no original).

¹⁹ DRAGO, Luis María. “Doctrina Drago (1902)”. In: BOTANA, Natalio R. & GALLO, Ezequiel. *De la república posible a la república verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Ariel, 1997, p. 446 (a tradução dos textos em espanhol são de minha autoria).

²⁰ OLIVEIRA LIMA. *Pan-americanismo*, p. 22-23.

²¹ DRAGO, Luis María. *Op. cit.*, p. 447.

internacionais, legítima, deveria ser reconhecida e proclamada pelos tribunais do país devedor ou pela arbitragem internacional, e não exigida pela força.²²

Oliveira Lima, ao ponderar sobre a relevância da Doutrina Drago, elogiou o papel político desempenhado pela Argentina na questão do bloqueio à Venezuela. O diplomata brasileiro considerava que as diretrizes da política externa argentina significavam uma reação às aspirações intervencionistas do governo de Theodore Roosevelt.²³ Apesar de defender a manutenção de relações favoráveis entre o Brasil e os Estados Unidos, Oliveira Lima propunha enfaticamente uma constante e maior aproximação com os países vizinhos. Segundo ele, a solidariedade entre os países ibero-americanos era imprescindível como forma de conter as agressões norte-americanas.²⁴ E insistia, especialmente, na aproximação do Brasil com a Argentina.

Além da busca por relações comerciais, culturais e diplomáticas mais intensas e frutíferas entre os países ibero-americanos, Oliveira Lima destacou a educação como fator absolutamente necessário para manter a autonomia da América Latina, em concordância com outros pensadores importantes do período. Só a educação, com um viés moralizante, poderia fazer desabrochar a “consciência nacional” e, também, a “consciência americana”. A violência deveria ceder lugar à cultura. Segundo Lima, a educação e a moralidade ajudariam a evitar a anarquia política e social.²⁵

O progresso material, por sua vez, viria com a industrialização. Oliveira Lima alertou para o fato de que não usava o termo “industrialismo” com o significado de uma “apurada produção fabril”, mas sim, “o amplo regime do capital em todo campo e sob toda condição de trabalho”. A extensão do capital, o estímulo econômico, o desenvolvimento da produção seriam o melhor corretivo para as lutas civis armadas, permitindo a “emancipação da classe operária”, que o autor entendia como sendo “a consciência dos próprios direitos e responsabilidades”, que viriam com a indústria.²⁶ Fica claro que Oliveira Lima considerava necessário o disciplinamento das massas populares, “incultas e rebeldes”. Disciplina e controle que só poderiam realizar-se mediante um projeto educacional com vistas à moralização e ao patriotismo, e através do desenvolvimento econômico, gerador de empregos.

Em relação ao continente americano, o historiador brasileiro não se limitou a refletir sobre os Estados Unidos e sua política externa. Também se deteve em análises sobre a América Hispânica no século XIX e inícios do XX, preocupando-se com a trajetória política das repúblicas do continente.

²² Cf. DRAGO, Luis María. *Op. cit.*, p. 445-449. A Doutrina Drago foi internacionalmente aceita, com algumas modificações, na Segunda Conferência de Paz, ocorrida em Haia, na Holanda, em 1907.

²³ OLIVEIRA LIMA. *Pan-americanismo*, p. 58.

²⁴ OLIVEIRA LIMA. *Pan-americanismo*, p. 73, 111. O autor brasileiro fez referências a uma visita feita a Drago, em que teriam debatido, entre outros temas, a contribuição dos imigrantes para o progresso argentino. Cf. OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina (impressões 1918-19)*, p. 26-27.

²⁵ OLIVEIRA LIMA. *América Latina e América Inglesa*, p. 182-186.

²⁶ OLIVEIRA LIMA. *América Latina e América Inglesa*, p. 178, 181.

No período em que iniciou a escrita desses textos, primeiros anos do século XX, começou a mostrar-se saudoso do regime monárquico. Oliveira Lima desencantou-se com a república e passou a demonstrar, de forma cada vez mais evidente, sua adesão ao monarquismo —mudança que se reflete, inclusive, em sua obra historiográfica, já que o autor passou a se dedicar, cada vez com mais frequência, a investigações e análises sobre o Brasil Império. Decepcionado com os rumos da república brasileira, procurou encontrar na monarquia as razões para o que ele considerava a “ordem social e a estabilidade política” do Brasil, durante o século XIX, comparativamente à “anarquia” política e ao “caos social” das repúblicas hispano-americanas, no mesmo período.²⁷ Lima acreditava que o único remédio para a “desordem” em que haviam caído as nossas “repúblicas irmãs” teria sido a monarquia. Afirmava inclusive que o regime monárquico teria impedido a fragmentação das colônias espanholas. Considerava que o federalismo havia degenerado em toda a América Latina republicana, transformando esses países num aglomerado de províncias autônomas onde tudo dependia dos caprichos do chefe local, gerando “repúblicas doentes” e “guerras civis”. A “desordem” e a “selvageria” que assolavam os países hispano-americanos seriam o resultado do caudilhismo. A política demagógica dos caudilhos —considerava o autor— fascinava as massas ignorantes e inconscientes, gerando uma “anarquia perversora da moral pública de toda a nação.”²⁸

Em contraposição a esta situação “caótica” da América Hispânica, Oliveira Lima apresentou um Brasil “pacífico, estável, ordeiro”, um “modelo de liberdade e de paz para a América Latina”, “uma imagem não ilusória de civilização”. A explicação para essa estabilidade estaria na monarquia, que, além de impedir a instabilidade política, teria mantido a unidade territorial do país. A defesa da monarquia, o antirrepublicanismo, o antimilitarismo e a rejeição do caudilhismo são pontos centrais na análise de Oliveira Lima a partir de inícios do século XX.²⁹

O saudosismo monarquista de Oliveira Lima não significa que ele contasse com a restauração da monarquia no Brasil. Em nenhum momento, chegou a propor claramente um retorno ao velho regime como alternativa política, ainda que talvez assim o desejasse. Sua estada na Venezuela

²⁷ OLIVEIRA LIMA. *América Latina e América Inglesa*, p. 172.

²⁸ OLIVEIRA LIMA. *América Latina e América Inglesa*, p. 126-129.

²⁹ OLIVEIRA LIMA. *América Latina e América Inglesa*, p. 126. Ver, também: OLIVEIRA LIMA. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, 206 p. (obra póstuma). Esse último livro foi deixado pronto para edição pelo próprio Oliveira Lima, já com o título com que foi publicado em 1953. Reúne 13 artigos que apareceram originalmente no jornal *O Estado de São Paulo (OESP)*, entre 1904 e 1906. Foram escritos, em sua maioria, no período em que o autor trabalhou em Caracas, como diplomata. Assim sendo, após um ensaio com considerações gerais sobre a vida política nas Américas, a maior parte dos artigos trata de aspectos da vida política, intelectual e cultural venezuelana. Mas o livro traz, também, textos sobre a Argentina e as Antilhas Inglesas. No primeiro ensaio e nos textos sobre a Venezuela, o autor endossa suas simpatias pelo regime monárquico, exacerbadas em suas reflexões críticas sobre as consequências do caudilhismo para os países hispano-americanos. Especificamente sobre a Argentina, o livro traz um texto sobre o romancista Carlos María Ocantos e um necrológio de Bartolomé Mitre, que exalta suas qualidades como historiador e homem de letras. O texto sobre Mitre tinha sido publicado originalmente em *OESP*, em 18 de junho de 1906, cinco meses após a morte do ex-presidente argentino. Por último, aparece um texto sobre *Mecha Iturbe*, romance de César Duayen, pseudônimo da escritora argentina Emma de la Barra.

exacerbou sua oposição à ditadura militar e ao belicismo, levando-o a transformar-se num franco inimigo do militarismo, do personalismo e do emprego da força para resolver contendas políticas.³⁰

Afirmava o autor que “o grande mal das repúblicas hispano-americanas” era a “desarmonia entre a teoria e a prática”: a degeneração da liberdade em anarquia e da autoridade em despotismo. E, segundo ele, a primeira responsabilidade por esses “desvios” caberia à mestiçagem. Seguindo uma tendência marcante das análises históricas e sociológicas produzidas no decorrer do século XIX e inícios do XX, Oliveira Lima explicava o “atraso” da América Latina baseando-se em fatores naturais e raciais. O clima tropical e a mestiçagem não favoreceriam o progresso.³¹ Como outros intelectuais de sua época, Oliveira Lima tomou por base as teorias evolucionistas e social-darwinistas para refletir sobre a questão racial. A utilização dos parâmetros *raça* e *meio* são elementos centrais no seu pensamento. Sustentava o autor que:

O progresso latino-americano surge mais pronunciado onde, como no Brasil, imperou cedo um regime de ordem e de liberdade, ou onde, como na Argentina e no Chile, foi notavelmente inferior a proporção do mestiçamento, sobretudo com o fator negro, mais baixo na escala social, mais subserviente na degradação servil e portanto mais aviltante como cruzamento. [...] Onde prepondera o fator branco, mesmo numa atmosfera de desordem, é com efeito sempre mais intenso e rápido o progresso: outro tanto acontece onde o sistema de governo for mais liberal e, além disso, mais apropriado às condições do meio social [...].³²

Brasil, Argentina e Chile, portanto, tinham uma situação mais favorável ao progresso, segundo o autor. O primeiro, em razão da ordem e estabilidade impostas pela monarquia, e os últimos, pela “ausência quase total do negro”.

Oliveira Lima, portanto, reiterava todas as concepções racialistas, e racistas, de sua época.³³ Porém, sustentava que a “fusão” racial era necessária em países que possuíam contingentes das “raças inferiores”. Afirmava que o cruzamento poderia exercer-se no sentido da degradação, mas também no “sentido inverso da elevação”. Sobre essa questão, fez uma advertência aos Estados Unidos: considerava que, apesar da “pureza da raça” ter contribuído para a “superioridade” da civilização norte-americana, com o tempo, a conservação de populações de “cor diversa” e com “sentimentos hostis” acabaria por levar ao ódio e à violência. E alertou: “o desfecho pelo amor é sempre preferível ao que é trazido pelo ódio”. A fusão racial que estava se realizando na América Latina levou o autor a acreditar que “os elementos inferiores acabarão breve por desaparecer no

³⁰ OLIVEIRA LIMA. Aspectos venezuelanos. In: *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*, p. 110-149. Ver também o prefácio de Manoel da Silveira Cardozo, p. 47.

³¹ OLIVEIRA LIMA. *América Latina e América Inglesa*, p. 172-173.

³² OLIVEIRA LIMA. *América Latina e América Inglesa*, p. 176 (a grafia das citações foi atualizada).

³³ Sobre os conceitos de racialismo e racismo, ver: TODOROV, Tzvetan. *Nosotros y los otros: reflexión sobre la diversidad humana*. México: Siglo XXI, 1991 (Segunda Parte: Razas).

elemento superior”, até ao ponto de “não existirem mais mestiços, quando o sangue negro ou índio se houver diluído no sangue europeu”.³⁴

Ao mesmo tempo em que o autor reiterava ser a presença de “raças inferiores” e a mestiçagem as causas do atraso moral e social da América Latina, dizia que a fusão das raças produziria a integração moral, condição do equilíbrio social da região. Portanto, em aparente contradição, a mestiçagem era a causa do atraso e, também, a condição do equilíbrio social na América Latina. Equilíbrio a ser alcançado com o branqueamento, que levaria ao gradual desaparecimento das “raças inferiores”. Essa perspectiva via com muita simpatia, obviamente, a imigração europeia para a América Latina, como fator importantíssimo para a civilização.

Ao viajar pela Argentina, durante vários meses, e escrever sobre o país vizinho, Oliveira Lima, evidentemente, não deixou de pensar no Brasil. A mirada sobre o “outro” é, frequentemente, como se sabe, uma tentativa de examinar, com um novo olhar, a si mesmo. Ao discorrer sobre a vida social, política, cultural e intelectual argentina, o historiador brasileiro procurou, ao mesmo tempo, pensar em soluções para os problemas do seu próprio país. A viagem ocorreu quando o autor contava com 50 anos de idade e estava aposentado do serviço diplomático, depois de uma carreira de mais de 20 anos, durante os quais viveu em diversos países e viajou por outros tantos. Além da experiência profissional, Lima possuía uma obra expressiva. Sua viagem ao país platino teve um evidente caráter acadêmico e intelectual, além de político. O autor chegou a Buenos Aires em meados de 1918 —momento em que o mundo vivenciava os meses finais da guerra que assolava a Europa desde 1914—, tendo permanecido na Argentina por quase sete meses.

Não há nenhuma informação no livro sobre quem custeou a viagem e, nas obras de referência consultadas, essa informação também não aparece. É possível supor, entretanto, que, pelas atividades desenvolvidas no país vizinho, Oliveira Lima não tenha financiado a própria viagem ou que, pelo menos, não a tenha custeado sozinho. Além das conferências, o autor teve uma audiência com o presidente da República, encontros com importantes integrantes da vida política e intelectual do país e realizou visitas a diversas instituições educacionais, culturais e de assistência pública. Em nenhum momento do livro, fez qualquer menção às suas atividades privadas durante os vários meses passados na Argentina e, por isso, não é possível ter certeza absoluta se viajou, ou não, acompanhado. Oliveira Lima não teve filhos, mas sabe-se, através de vários depoimentos, que sua

³⁴ OLIVEIRA LIMA. *América Latina e América Inglesa*, p. 44-45. Sobre essa questão, Oliveira Lima compartilhava a opinião de outros importantes intelectuais brasileiros do período. João Batista de Lacerda, médico e diretor do Museu Nacional de 1895 até sua morte em 1915, defendeu, em declaração que se tornou famosa, que, com a mestiçagem, a maior mortalidade entre os negros e o aumento da imigração europeia, haveria, em menos de um século, provavelmente, a extinção de mestiços, negros e índios no Brasil, tornando a população do país, na sua maior parte, branca de origem latina. Essas ideias foram apresentadas, por Lacerda, em uma comunicação intitulada “Sobre os mestiços do Brasil”, apresentada no I Congresso Universal das Raças, reunido em Londres em julho de 1911. As concepções racialistas e racistas, apesar de majoritárias, na época, não eram, entretanto, as únicas no seio da intelectualidade brasileira. Manoel Bomfim, Edgard Roquette-Pinto, entre outros, contestaram essas noções desde inícios do século XX.

esposa Flora de Oliveira Lima sempre o acompanhava, atuando, inclusive, como sua secretária. Sendo assim, o custeio da viagem teria sido ainda mais oneroso. Portanto, é provável que Lima tenha obtido algum auxílio do governo argentino ou de alguma instituição, pública ou privada, que tenha possibilitado sua viagem.³⁵

Ainda que possa ser caracterizado como um relato de viagem, o livro de Oliveira Lima sobre a Argentina tem, como muitas narrativas de viajantes, uma natureza híbrida, misto de ensaio e impressões de viagem. O livro está dividido em onze capítulos, nos quais são abordados os mais variados temas. Tem início com os “Aspectos da terra”, em que o autor discorreu sobre a vida urbana nas cidades visitadas (Buenos Aires, Rosario, Córdoba, Tucumán), a paisagem dos campos, as atividades econômicas (produção agrícola diversificada, pecuária, extração mineral, atividade fabril, comércio exterior crescente), as comunicações e os transportes.³⁶ E não descuidou, ao tratar dos meios de transporte, da necessidade de “robustecer a união nacional”, necessária para inibir resquícios de federalismo separatista.³⁷ Ao comentar um livro do mexicano Carlos Pereyra sobre o pensamento político de Alberdi —em que Pereyra criticou a famosa oposição sarmientina entre civilização urbana e barbárie rural, pois, segundo ele, não haveria como sustentar, historicamente, essa dicotomia—, o historiador brasileiro afirmou, em concordância com o mexicano, que “o conflito provinha da circunstância de uma província sobrepujar e assim dominar as demais”.³⁸ Mas, distanciando-se do revisionismo, elogiou a unidade nacional a partir da liderança da capital federal. À União, entretanto, continuava a “faltar uma ampla e legítima base federativa”.

O autor considerava Buenos Aires a capital mais completa do Novo Mundo. Para ele, nem Nova York, naqueles anos, seria comparável à capital platina: Buenos Aires era “cosmopolita” sem deixar de ser “elegante” e tinha uma beleza que era “resultado exclusivo do esforço do homem”. As demais cidades visitadas também demonstravam, segundo ele, a “tendência progressista”, sem descuidar do “bom gosto”. Sobre Córdoba, afirmou que, apesar de ser a “cidade dos conventos e das igrejas, centro tradicionalista e conservador da república”, também tinha se modernizado.

Em seu livro —como também pode ser observado em outros relatos de brasileiros que escreveram sobre suas viagens à Argentina nos inícios do século XX—,³⁹ Oliveira Lima destacou a “pujança” do país, que se devia, fundamentalmente, segundo ele, a “dois fatores —o capital e o

³⁵ Além do apoio à viagem, é possível supor que Oliveira Lima, talvez, tivesse obtido algum auxílio financeiro do governo argentino para publicar seu livro, tanto em espanhol como em português, dado o potencial do livro para fortalecer uma imagem positiva da Argentina. Entretanto, não foi possível obter qualquer informação sobre os custos de publicação do livro.

³⁶ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 5-23 (capítulo I: Aspectos da terra).

³⁷ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 19.

³⁸ PEREYRA, Carlos. *El pensamiento político de Alberdi*. Madrid: América, 1918.

³⁹ Sobre relatos de viagens de brasileiros pela Argentina no período, ver: BAGGIO, Kátia Gerab. Dos trópicos ao Prata: viajantes brasileiros pela Argentina nas primeiras décadas do século XX. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 425-445, jul./dez. 2008.

braço estrangeiros”. E não poderia deixar de destacar o fator “raça” na sua análise: “a raça vai-se compondo com elementos progressivos, pois que o cruzamento primitivo do espanhol com a índia foi sobrepujado pelas ondas da imigração italiana, afirmando-se gradualmente esta substituição de 1850 para cá”.

Antes de terminar seu primeiro capítulo, o autor deixou um recado aos leitores brasileiros, reiterado em outras passagens da obra: a Argentina vinha demonstrando que sua política externa não era agressiva, aceitando o arbitramento nas questões de limites com o Brasil e o Chile. E arrematou:

Não descobri na Argentina rastro da animosidade que alguns no Brasil julgam uma característica dela. Pareceu-me antes que predominava certa indiferença elegante, filha talvez do sentimento de superioridade inspirada pela magnitude das suas fontes de riqueza e pela certeza do seu porvir fecundo.⁴⁰

A citação deixa transparecer não só a existência de rivalidades antigas ainda não superadas, mas a própria posição defensiva e crítica, ainda que sutil, de Oliveira Lima.

Em “A raça em formação”, o autor tratou do povoamento e da constituição da “raça argentina”.⁴¹ Nesse capítulo, Oliveira Lima ressaltou, a partir de seu olhar sobre a temática racial, a “diluição” do “elemento nacional, puro indígena ou mestiço de espanhol e indígena que produziu o tipo *gaucho*”, frente às “ondas civilizadoras” dos imigrantes europeus. Os “tipos africanos”, por sua vez, teriam, segundo ele, praticamente desaparecido de circulação. Os indígenas continuavam presentes, sendo que, em algumas províncias —como Tucumán, Chaco ou Formosa, entre outras—, a proporção era avultada. Ao referir-se aos indígenas da região nordeste do país, Lima afirmou: “seu feitio não se pode qualificar exatamente de manso, pois que se têm ocasionalmente tornado culpados de depredações e de assaltos, como o de uma fábrica por eles incendiada e cujas paredes enegrecidas notei ao subir o rio Paraguai.” E acrescentou, para não deixar nenhuma dúvida quanto à sua posição: “a população estrangeira é portanto a que vai levando consigo a cultura”. O historiador brasileiro inspirou-se em José Ingenieros para afirmar que o prognóstico do sociólogo argentino estava correto: o de que, dentro de algumas dezenas de anos, a Argentina seria um país de “muitos milhões de brancos”, no qual indígenas e mestiços, extintos, seriam apenas meras recordações alimentadas pelas crônicas e pela literatura gauchesca. Na mesma perspectiva, endossou as concepções do médico Aráoz Alfaro, que defendia a necessidade constante de uma “boa imigração para corrigir a inferioridade da população autóctone”.⁴²

Segundo o autor brasileiro, a despeito da visão dos higienistas —preocupados com o avanço da tuberculose, da sífilis e do alcoolismo—, a população argentina lhe parecia robusta e saudável. Na

⁴⁰ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 21.

⁴¹ O termo *raça* é utilizado aqui como sinônimo de *povo*, *nacionalidade* ou *cultura nacional*, como era frequente no período.

⁴² OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 24-27.

visão de Oliveira Lima, os argentinos faziam exercícios físicos, bebiam pouco e a vida na cidade era caracterizada pelo pudor e a moralidade. O tango, avaliado como “a menos nacional das danças argentinas”, era um produto “ilegítimo e híbrido”, fruto da sensualidade dos subúrbios. Oliveira Lima baseou-se, para essa avaliação, em Carlos Ibarguren, jurista e historiador tradicionalista que se destacaria, posteriormente, como defensor do corporativismo de direita e expoente do revisionismo histórico. Lima não só citou Ibarguren como salientou que o nacionalismo era a característica mais evidente da produção intelectual argentina daqueles anos, tanto nos romances como no teatro e na crítica.⁴³ Esse nacionalismo, evidentemente, seria uma reação ao avanço do cosmopolitismo e do progresso. O autor brasileiro avaliou que a vida *criolla* estava desaparecendo e o *gaucho*, se transformando em uma “recordação sentimental”. O desenvolvimento não poderia deixar espaço para o *gaucho* —a encarnação do “tipo nacional”, conforme representado na literatura argentina—, cuja vida e valores eram incompatíveis com o avanço da “civilização moderna”. Entretanto, para Lima, o gauchismo era o “único aspecto verdadeiramente original” das letras argentinas, do qual tinham derivado o nacionalismo e o tradicionalismo literários.⁴⁴

Ao discorrer sobre a “aristocracia argentina”, ressaltou que, ainda que estivesse formada majoritariamente por grandes proprietários de terras, abria espaço para os cultores das letras e das ciências. Como prova do cultivo da vida espiritual, o autor mencionou algumas residências de famílias pertencentes às elites argentinas que se constituíam em “verdadeiros museus” ou possuíam admiráveis bibliotecas, como a de Ernesto Quesada, Dardo Rocha, Estanislao Zeballos, Ramón Cárcano, Victoria Aguirre e o General Garmendia. Vê-se que Oliveira Lima tinha frequentado as residências de algumas das famílias mais relevantes nos meios político e intelectual da época.

É de se notar que, ao tratar das elites argentinas, Lima chegou a afirmar que, apesar da “tirania” rosista ser “geralmente detestada”, o ditador desfrutava de uma “indiscutível simpatia” entre pessoas cultas da capital do país.⁴⁵ O ex-diplomata brasileiro percebia claramente que, em fins dos anos 1910, havia uma crescente interpretação nacionalista e de revisão do passado nacional, que seria conhecida posteriormente como revisionismo histórico.

Após discorrer sobre a riqueza e o “bom gosto” da aristocracia argentina, Oliveira Lima dedicou-se a tentar compreender o avanço da “invasão democrática”. Iniciou o capítulo sobre a “democracia radical” com as seguintes considerações:

⁴³ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 24-35 (capítulo II: A raça em formação).

⁴⁴ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 36-43 (capítulo III: A raça que se funde). Ao tratar da presença de temas gauchescos nas letras argentinas, Lima citou Carlos Ibarguren, José Hernández, Eduardo Gutiérrez, Mitre, Estanislao del Campo, Bartolomé Hidalgo, Martiniano Leguizamón, Ascasubi, Rafael Obligado, Leopoldo Lugones, Ricardo Gutierrez e Hugo Wast.

⁴⁵ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 44-54 (capítulo IV: A camada aristocrática).

A República Argentina é na sua essência uma democracia e pode dizer-se que sempre o foi desde a sua independência. O modo como esta se operou foi fundamentalmente democrático, como também o foi entre nós, com a diferença que no Brasil o poder foi confiado, segundo o modelo da Roma imperial, a um soberano de aclamação popular que, em vez de exercer a ditadura, o partilhou porém constitucionalmente com a representação nacional; ao passo que na Argentina, em parte pela falta de educação política —falta aliás comum a toda a América hispânica— e sobretudo por efeito de circunstâncias locais, os caudilhos se sobrepuseram às oligarquias em que iam redundar os governos nascidos dos cabildos ou corporações municipais.

E, ao se referir ao governo Rosas, concluiu: “o fim das democracias é quase sempre a tirania, como a solução natural das aristocracias é a oligarquia.”⁴⁶

Nas considerações acima, fica evidente que Oliveira Lima tinha mantido muitas das opiniões anteriormente expostas em sua obra: a visão favorável da monarquia brasileira sob Pedro II, a percepção da América Hispânica das décadas posteriores à independência como o espaço da desordem política e uma peculiar visão sobre a democracia, a partir de premissas conservadoras.

Segundo Oliveira Lima —inspirado em Sarmiento—, o federalismo argentino, no século XIX, era demagógico e rural, oposto à tendência unitária, conservadora e urbana. Mas a “evolução democrática” na Argentina tinha acabado por levar ao poder —depois da queda de Rosas, do triunfo dos unitários e dos governos oligárquicos— o radicalismo, com o presidente Hipólito Yrigoyen, que havia vencido nas urnas, de maneira “estrondosa”, a poderosa oligarquia que há décadas dominava a vida política do país. Segundo o historiador brasileiro, foi uma “revolução incruenta mas profunda”. Desde as últimas décadas do século XIX, a sociedade argentina vinha passando por rápidas transformações: a imigração em massa, a formação de uma classe média, a organização dos trabalhadores que passaram a reivindicar seus direitos —principalmente nas cidades, mas também nos campos— e o crescimento de uma intelectualidade que não encontrava espaço nos governos oligárquicos. Lima reconheceu que a reforma eleitoral conhecida como Lei Sáenz Peña, de 1912, havia ampliado consideravelmente a proporção de eleitores e inibido as fraudes eleitorais, comuns nas décadas anteriores.⁴⁷ Essa reforma ocupava, portanto, um papel fundamental na vitória do radicalismo nas eleições presidenciais de 1916.

Oliveira Lima fez fartos elogios a Yrigoyen, não vendo sustentação para as duras críticas ao seu governo por parte da oposição, ainda mais se fossem levadas em consideração as dificuldades impostas pela guerra e pela hostilidade do Congresso. Ressaltou a intenção do presidente Yrigoyen de pautar seu governo pela moralidade administrativa e a austeridade, contrastando com a corrupção que havia proliferado nas décadas de domínio oligárquico. Fez ressalvas ao governo radical, no entanto, em um único ponto: a frequência com que o Executivo nacional promovia intervenções na vida das províncias. Ainda que defendesse um poder central forte, para evitar a volta da “anarquia”,

⁴⁶ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 55 (capítulo V: A democracia radical).

⁴⁷ A Lei Sáenz Peña estabeleceu o sufrágio universal masculino, secreto e obrigatório para todos os cidadãos natos ou naturalizados maiores de 18 anos.

Lima considerava que intervenções excessivas poderiam se converter em uma “centralização despótica”. Segundo o brasileiro, a federação argentina não ia muito além de uma “ficção”.

Ao tratar da democracia argentina, Oliveira Lima também se manifestou em relação às idéias socialistas. Considerava o avanço do Partido Socialista previsível, em um país com tão grande contingente de operários e imigrantes, e destacou a eleição de seis deputados socialistas para o Congresso Nacional. Lima referiu-se aos socialistas argentinos com respeito, destacando a importância da aprovação de leis de proteção aos trabalhadores. O autor defendeu com veemência a necessidade de implementação de reformas sociais, caso contrário o governo federal perderia não só popularidade como, também, sentido, “exercendo a reação em vez de fomentar o progresso”. Evidentemente, o autor brasileiro estava preocupado com as greves sucessivas e cada vez mais violentas, que perturbavam “a vida econômica da nação”. E, ao mesmo tempo, considerava que as reformas eram necessárias, inclusive, para evitar o fortalecimento da “subversão” e do anarquismo, criticado em várias passagens do livro e chamado de “doutrina demolidora”.⁴⁸

O capítulo seguinte, continuação do anterior, foi dedicado a analisar a presidência de Hipólito Yrigoyen, com o qual o historiador brasileiro chegou a ter uma audiência. O texto é muito favorável ao presidente, além de estar, novamente, permeado de elogios a Yrigoyen e de críticas à oposição conservadora. Lima destacou em Yrigoyen a probidade, franqueza e “simpatia humana”.⁴⁹ O texto de Lima realçou uma série de características positivas relacionadas ao presidente argentino: moralidade administrativa, honestidade, defesa da democracia, convicção nacionalista, “senso de humanidade”, sensibilidade às reivindicações dos trabalhadores e dos mais pobres e preocupação com a expansão econômica das províncias. Também destacou outras qualidades do governo radical: a opção pela neutralidade da Argentina diante da guerra na Europa, o americanismo, o respeito pelas demais soberanias nacionais e a defesa da concórdia internacional.⁵⁰ Ainda que Oliveira Lima, em seus elogios, tenha reforçado, em grande medida, a imagem construída pelo próprio presidente e seus aliados —ou seja, a de um líder providencial, que encarnava uma missão redentora da nacionalidade e do civismo—, em suas críticas às seguidas intervenções federais nas províncias, o autor brasileiro buscou demonstrar que mantinha uma posição de independência crítica. Segundo

⁴⁸ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 55-71 *passim* (capítulo V: A democracia radical). Ver também p. 77-78 (capítulo VI, O presidente Yrigoyen).

⁴⁹ Tulio Halperín Donghi afirma que Yrigoyen empregava enorme tempo e paciência em tecer uma complexa rede de relações políticas e pessoais. Além disso, assevera que testemunhas garantiam ter o presidente radical, em conversas privadas, “uma força de sedução irresistível”. Cf. HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la república verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires: Ariel, 2005, p. 202-203.

⁵⁰ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 72-92 *passim* (capítulo VI: O presidente Yrigoyen).

Lima, apesar do governo nacional usar o argumento da sustentação da legalidade e da Constituição, as intervenções tinham como objetivo, de fato, “montar a máquina radical”.⁵¹

Ao longo de todo o capítulo sobre o presidente argentino, o historiador brasileiro tratou de enumerar algumas das críticas mais recorrentes dos seus opositores, particularmente os conservadores, ao seu estilo de governar, à sua personalidade etc. —por exemplo, de que Yrigoyen era “demagogo”, “ególatra” e personalista. E, em seguida, Oliveira Lima tratou de minimizar, recusar ou mesmo desqualificar essas críticas. Não pairam quaisquer dúvidas sobre o apoio do ex-diplomata ao presidente do país vizinho.

Ao voltar ao tema das reformas sociais, Lima chegou a afirmar que “a democracia coletivista [afigurava-se] a diretriz necessária da evolução política da sociedade argentina num futuro mais ou menos próximo”. Por coletivismo, o autor compreendia, inclusive, a expropriação dos latifúndios e a distribuição mais equitativa das terras e riquezas, além do atendimento aos direitos dos trabalhadores. E acrescentou: “quer isto dizer que a República Argentina terá dentro em pouco que encarar uma questão agrária que o radicalismo provocará, mas que o socialismo será chamado a resolver”. O autor brasileiro tratou muito rapidamente dessa questão crucial em seu livro de impressões sobre a Argentina. Sendo assim, não há qualquer aprofundamento em torno de propostas concretas sobre uma possível reforma agrária, apenas a referência ao tema conforme mencionado.⁵² Abordando um outro tema polêmico e relevante, Oliveira Lima defendeu, também, a emancipação civil da mulher, com o objetivo de acabar com a sua inferioridade jurídica diante do homem.

O autor estava em Buenos Aires por ocasião dos episódios que ficaram conhecidos como a “Semana Trágica”, entre 6 e 13 de janeiro de 1919. A cidade, nesses dias, foi sacudida pela violência e repressão, iniciada contra metalúrgicos grevistas, mas que atingiu, de maneira generalizada —após deflagração de uma greve geral de solidariedade—, sindicalistas, organizações de esquerda e imigrantes, principalmente espanhóis e judeus, identificados como “anarquistas” e “maximalistas”.⁵³

⁵¹ Sobre o debate e as disputas políticas em torno da imagem e da liderança de Hipólito Yrigoyen, ver HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la república verdadera (1910-1930)*, principalmente o item intitulado “Yrigoyen, escándalo y enigma”, p. 193-205.

⁵² OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 76-77.

⁵³ Os episódios ocorridos no começo do ano de 1919 tiveram início com uma greve de metalúrgicos deflagrada em dezembro do ano anterior. A situação agravou-se no dia 07 de janeiro, com uma dura ação repressiva da polícia, que deixou um saldo de quatro mortos e mais de trinta feridos entre os grevistas, alguns falecidos posteriormente. Outras categorias de trabalhadores desencadearam uma greve geral em solidariedade aos metalúrgicos. A violência espalhou-se pela cidade, com novos enfrentamentos entre trabalhadores e policiais e um número incerto de mortos e feridos, que se calcula às centenas, com vítimas de ambos os lados da contenda, mas certamente um número muito maior do lado dos trabalhadores. Buenos Aires, durante quase uma semana, teve atividades paralisadas e violência disseminada. O Exército terminou por assumir a situação, com a repressão generalizada de manifestantes e grevistas, além da prisão de milhares de pessoas (a maioria das quais libertada ao final da semana), contando para essa ação com a colaboração de grupos civis armados, organizados a partir do Círculo Naval, que se dedicaram a perseguir e atacar sindicatos, organizações de esquerda e imigrantes. Esses grupos armados, constituídos principalmente por jovens de direita, formaram a Liga Patriótica Argentina, que se tornou, nos anos seguintes, uma poderosa associação política conservadora que militava em defesa da pátria, da ordem e da propriedade, com um discurso antiliberal, antidemocrático e opositor ferrenho das

Entretanto, após a “Semana Trágica”, apesar da repressão violenta, as greves não diminuíram, ao contrário, aumentaram em frequência e intensidade, tanto nas cidades como nas zonas rurais. E o ano de 1919 foi marcado por uma mudança significativa na atitude do governo da União Cívica Radical em relação aos movimentos grevistas e de protesto: se antes de janeiro desse ano o governo Yrigoyen buscava a negociação, depois dos episódios da “Semana Trágica”, passou a adotar os velhos mecanismos repressivos, utilizando-se da polícia, do Exército, além da colaboração dos militantes da Liga Patriótica.⁵⁴

Sobre os graves acontecimentos da “Semana Trágica”, assim comentou o autor brasileiro (ainda que longa, a citação é muito expressiva sobre a visão de Oliveira Lima acerca dos embates entre trabalho e capital):

Buenos Aires teve uma amostra do que se pode planejar na sombra dos seus cortiços nos acontecimentos de janeiro de 1919, quando aproveitando uma parede [greve] geral de solidariedade operária, elementos compostos na sua grande maioria de maximalistas russos e anarquistas catalães praticaram atos de destruição e intentaram assaltar e ocupar o edifício da polícia e respectivos comissariados, depondo as autoridades a meio do pânico por eles criado. A cidade levou dias a recobrar sua normalidade e restabelecer-se do alarme [...]. Assisti aos sucessos daqueles dias de perturbação que se espalhou pelo país, dias de muitos sustos e de bastantes angústias [...]. O general Dellepiane, a quem coube a tarefa de repressão e que assumiu com o comando militar virtualmente os poderes civis do chefe de polícia, soube ser enérgico ao mesmo tempo que clemente e, no combinar assim a decisão e a conciliação, refletiu perfeitamente as disposições do presidente Yrigoyen. A sociedade argentina mostrou portanto ser apta para governar-se e o chefe do Estado deu pessoalmente prova de um predicado superior e mais que todos indispensável para o exercício de tais funções, que é a serenidade [...]. Se fez reprimir pela polícia e tropa os excessos anarquistas, não provocou os elementos são que entravam na demonstração em sua forma inicial, sabendo distinguir entre intuítos niilistas e reivindicações socialistas, não obstante terem estas sido o ponto de partida de uma demonstração que outros elementos, os perigosos, pretenderam levar até o bolcheviquismo [sic]. Assim foi que convenceu a direção do estabelecimento metalúrgico Vasena da boa razão das reclamações operárias. Nem seria possível repeli-las *a priori*, quando em muitos casos são impregnadas de justiça. O capital ainda mais egoísta é quando distante, e mesmo o que se acha próximo, não palpita de ordinário senão pelos seus lucros. [...] Não deve ser esquecido que na agitação de janeiro se enxertara, se a não instigara, uma sedição manobrada por estrangeiros audazes, conspiradores de profissão a que se juntaram agentes de última hora, e também que os partidos conservadores estão sempre à espreita de quanto for de natureza a incompatibilizar o governo radical com o favor popular. Dessa vez porém o instinto de conservação social foi mais poderoso do que o espírito de oposição e aqueles elementos conservadores prestigiaram no seu próprio

ideologias e movimentos de esquerda. O jornal do Partido Socialista, *La Vanguardia*, na edição de 14 de janeiro, registrou um total de cerca de 700 mortos e mais de 4000 feridos (homens, mulheres e crianças) ao longo de toda a semana. No dia 11 de janeiro, as negociações entre o governo, a empresa metalúrgica e o sindicato resultaram em compromissos importantes por parte dos patrões: diminuição da jornada de trabalho de onze para oito horas; aumentos salariais entre 20 e 40%, de acordo com os salários; acréscimo nos valores pagos pelas horas extras; adicional para o trabalho dominical. Ou seja, ao menos nas negociações, parte importante das reivindicações havia sido prometida.

⁵⁴ Sobre o governo de Hipólito Yrigoyen, a Semana Trágica, a criação da Liga Patriótica Argentina, a conjuntura política e o debate intelectual desse período, ver: HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la república verdadera (1910-1930)*, p. 21-272; ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, 50-71; SCHILLER, Herman. El primer “pogrom”. In: <http://www.pagina12.com.ar/1999/99-01/99-01-03/pag16.htm> (acesso em 15 de abril de 2010).

interesse a ação oficial retratada na repressão da desordem, unindo-se à polícia e ao exército os particulares “que têm o que perder” [...].⁵⁵

Como fica claro na citação, Oliveira Lima percebeu a dimensão e os interesses em jogo nos episódios de janeiro de 1919, analisando-os sob uma perspectiva essencialmente conservadora. Para o autor brasileiro, os distúrbios e a violência tinham sido provocados por estrangeiros, bolchevistas e anarquistas, considerados sediciosos e perigosos. Em sua defesa do governo Yrigoyen, considerou, a despeito da repressão violenta e generalizada, que o Exército tinha agido com clemência e que não tinha admitido excessos. Com o intuito de justificar a repressão, procurou distinguir reivindicações operárias justas, feitas dentro da ordem, das ações de “conspiradores” e “desordeiros profissionais”. Também percebeu claramente a efetiva colaboração de grupos armados de direita com a ação repressiva do Estado e calou-se no que diz respeito à disseminação, sem controle, da violência, dos assassinatos, massacres, perseguições a imigrantes e descendentes —principalmente catalães e judeus— e *pogroms*. Deve-se salientar que Oliveira Lima conhecia *La Vanguardia*, além de outros jornais operários e de esquerda, citados por ele no livro, e que, portanto, tinha acesso a visões críticas à ação do Estado durante o desenrolar da “Semana Trágica”.⁵⁶

Em outra passagem, mais adiante, Oliveira Lima voltou ao tema dos conflitos entre trabalho e capital para esclarecer, mais uma vez, sua posição: devia-se buscar “uma solução equitativa”, que significasse “autonomia para o primeiro e remuneração para o segundo, sem ir com o maximalismo [bolchevismo] até a negação da propriedade individual, a socialização de toda a vida econômica e a dissolução da própria família”.⁵⁷

Não deixa de ser surpreendente que o mesmo autor que tinha criticado —em texto escrito cerca de doze anos antes— a maneira “repentina” como a escravidão havia sido abolida no Brasil, sem indenização aos proprietários,⁵⁸ apoiasse, na Argentina, a reforma agrária e a expropriação de latifúndios, além do atendimento a reivindicações operárias, mesmo levando-se em conta que essas reformas deveriam ser efetivadas estritamente “dentro da ordem”. Apesar de manter uma perspectiva fundamentalmente conservadora —como manifestado em suas considerações sobre a “Semana

⁵⁵ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 78-81 *passim* (grifos no original).

⁵⁶ Vale registrar que, nos mesmos dias da “Semana Trágica” de Buenos Aires, as esquerdas também sofriam uma dura derrota na Alemanha. Os revolucionários, que se sublevaram nos primeiros dias de janeiro de 1919 em Berlim e outras cidades alemãs, foram duramente reprimidos pelo governo social-democrata da recém instaurada República de Weimar, com o auxílio de grupos paramilitares, os *Freikorps*. Entre os mortos pela repressão, estavam Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, líderes da Liga Spartacus, assassinados no dia 15 de janeiro. Ao longo de janeiro e dos meses seguintes, a violência contra o movimento operário e as esquerdas continuou, levando a chamada Revolução Alemã à derrota. Viviam-se um período, no pós-guerra e sob o impacto da Revolução Russa, de intensificação das tensões sociais e políticas. Mas não foi possível investigar em que medida os líderes e militantes do movimento buenairense obtiveram informações sobre os acontecimentos concomitantes ocorridos na Alemanha.

⁵⁷ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 91.

⁵⁸ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*, p. 96. Ver o prefácio de Manoel da Silveira Cardozo, p. 46-47.

Trágica”—, o historiador brasileiro, em suas impressões sobre a Argentina, revelou uma sensibilidade crescente para os problemas sociais e suas consequências.

O início da Revolução Mexicana em 1910, a eclosão da Grande Guerra em 1914, a vitória dos bolcheviques na Rússia em 1917, o avanço das idéias anarquistas e socialistas, a circulação crescente de concepções marxistas e leninistas, o crescimento do operariado, o surgimento e fortalecimento de organizações e partidos de esquerda, o aumento dos movimentos grevistas e a sua radicalização, o avanço do imperialismo e do neocolonialismo, o desrespeito à soberania dos Estados nacionais, entre outras alterações profundas que o mundo e, particularmente, os países latino-americanos vivenciavam na década de 1910, levaram Oliveira Lima a rever várias de suas posições explicitadas nos últimos anos do século anterior e nos primeiros anos do século XX. Ao perceber o risco crescente da eclosão de revoltas e revoluções, com consequências imprevisíveis e profundas, Oliveira Lima passou a aceitar e apoiar a adoção de reformas sociais como a única maneira de se evitar a “subversão”, as revoluções e as guerras civis.⁵⁹ Além disso, fez campanha, a partir de 1914, pela neutralidade dos países latino-americanos. Nas conferências que ministrou na Argentina, o tema mais constante foi exatamente a defesa do pacifismo e da neutralidade do continente americano em relação à guerra que se desenrolava na Europa.⁶⁰ Lima elogiou Yrigoyen pelo apoio à neutralidade dos países americanos na Grande Guerra —para o brasileiro, uma “arma de imperialismo”— e pela ideia de um Congresso dos Neutros, impossibilitada pela entrada dos Estados Unidos no conflito, ao lado de Inglaterra e França, já que a participação norte-americana seria “indispensável” para a viabilização do congresso. Segundo o brasileiro, o interesse das nações menos poderosas residia não na vitória de um dos lados, mas no equilíbrio das grandes potências rivais.⁶¹

Em relação aos significativos elogios que fez ao presidente Hipólito Yrigoyen e ao governo da União Cívica Radical, é evidente que o lado diplomático de Oliveira Lima estava presente, mas é provável que, pelo menos em parte, o brasileiro tenha expressado opiniões sinceras. Ainda que Lima tivesse obtido recursos oficiais para viabilizar a viagem —sobre o que não foi possível obter informações—, os elogios ao governo radical, caso fossem apenas cordiais, poderiam ter sido mais comedidos.

Além disso, considerando-se que Oliveira Lima estava aposentado da diplomacia, que durante toda a sua vida havia manifestado publicamente suas posições políticas, até as mais polêmicas, e que era conhecido por sua franqueza, direta e sem rodeios, é possível crer que, nesse momento da vida do autor —o livro foi publicado no mesmo ano de sua mudança para Washington—, os elogios a Yrigoyen correspondessem ao seu julgamento, pelo menos no que se

⁵⁹ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 76-81.

⁶⁰ As conferências serão objeto de análise no final deste texto.

⁶¹ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 81-82.

refere às questões mais importantes abordadas nos capítulos sobre o governo da UCR. Mesmo se as opiniões manifestadas sobre a Argentina e seu governo fossem comparadas àquelas expostas em livros e textos de Lima sobre outros países estrangeiros, nos quais espera-se, no caso de um diplomata, um cuidado maior com a linguagem e as posições explicitadas, não se pode esquecer as críticas agudas que fez à política externa norte-americana para a América Latina, sendo que, posteriormente, escolheu os Estados Unidos para passar os últimos anos de sua vida.⁶²

E não se deve ignorar que Oliveira Lima já havia, ao longo de sua vida, assumido mudanças radicais de posição política. Nos últimos anos do século XIX, após a proclamação da República no Brasil, apoiava decididamente o novo regime, para revelar-se, anos depois, um duro crítico da república e um saudosista da monarquia. Em relação ao monroísmo, também modificou sua visão ao longo dos anos. Quando atuou como diplomata nos Estados Unidos, de 1896 a 1900, apoiava a proposta pan-americanista elaborada por James Blaine, para, alguns anos depois, tornar-se um dos seus mais agudos críticos. É perceptível que Oliveira Lima permitia-se, em poucos anos, mudar drasticamente de opinião, acerca de temas importantes e mesmo centrais. As transformações conjunturais, bem como sua reavaliação da realidade e dos problemas político-sociais levaram, muitas vezes, o diplomata e historiador brasileiro a rever posições e a explicitar de maneira veemente essas mudanças.⁶³

O sétimo capítulo do livro foi dedicado aos serviços de assistência pública às crianças, aos órfãos, menores abandonados, enfermos, idosos, deficientes físicos, doentes mentais, criminosos etc. Oliveira Lima tratou do funcionamento da Sociedade de Beneficência oficial e, como em outros aspectos, seu texto é farto em elogios ao sistema de assistência da república platina. O autor comentou as visitas que fez a diversos estabelecimentos supervisionados pela Sociedade de Beneficência, quatorze no total: orfanatos, hospitais, sanatórios, clínicas, asilos e “casas de alienados”. Sobre as últimas, fez questão de mencionar que os internos eram chamados, em todas elas, de enfermos, e que os métodos antigos, de tortura, tinham desaparecido “por completo”. Deu especial destaque às colônias de alienados de Luján, na província de Buenos Aires, e de Olivos, na

⁶² Em relação à personalidade e às relações sociais de Oliveira Lima, vale registrar que a explicitação de suas convicções políticas com toda a clareza, mesmo quando contrárias à posição oficial do Itamaraty, teve como consequência o surgimento de dificuldades crescentes nas suas relações com o Barão do Rio Branco e com outras figuras importantes e poderosas da diplomacia brasileira. Não há dúvida de que essas desavenças obstaculizaram sua ascensão na carreira diplomática e o levaram a decidir-se pela aposentadoria. Os colegas, amigos e intelectuais que escreveram sobre ele, por ocasião de sua morte, foram unânimes em apontar o desgosto que Lima tomou pela atividade diplomática, além de lembrarem suas desavenças com Rio Branco, Nabuco, Capistrano de Abreu e muitas outras figuras dos meios diplomático, intelectual e político. João Ribeiro, importante filólogo e crítico literário brasileiro, em artigo publicado no diário *O Estado de S. Paulo*, afirmou que ele tinha sido um “insubmisso”. Gilberto Freyre, por sua vez, reconhecia que o amigo tinha uma personalidade forte e, com frequência, de difícil trato. Cf. FREYRE, Gilberto e RIBEIRO, João *apud* GOMES, Ângela de Castro (org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005, p. 253-255, p. 294-295. Ver, também, Teresa MALATIAN. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, 2001.

⁶³ Ver: MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*, 2001.

província de Córdoba. Os dois estabelecimentos funcionavam em sistema denominado *Open Door*, em que os pacientes não eram segregados, trabalhavam voluntariamente e tinham distrações. Lima afirmou ter sido sua visita à colônia de Luján “um dos espetáculos que mais [o] impressionaram na República Argentina”.⁶⁴ Nesse capítulo, o autor ainda se deteve no exame do sistema carcerário. Visitou a penitenciária de Córdoba e destacou a política de busca de regeneração dos presos, através do trabalho, da educação e da edição de um periódico pelos próprios detentos, entre outras atividades. Na Argentina, as cadeias teriam deixado, segundo Lima, de ser meros depósitos infectos. Enalteceu a organização, a eficiência, as instalações, a higiene etc. E também comentou acerca de instituições particulares que prestavam serviços de assistência social, ligadas ou não à Igreja Católica. Mesmo assim, reconheceu a insuficiência dos estabelecimentos existentes frente às necessidades da população e a premência em descentralizar o atendimento, espalhando-o pelas províncias.⁶⁵ Evidentemente que se repetiu aqui a imagem da Argentina moderna, civilizada, em contraste com um Brasil ainda muito distante do país vizinho no que se refere às políticas assistenciais, tanto por parte do Estado como de instituições e organizações particulares.

Não poderia faltar em seu livro um capítulo dedicado à educação, iniciado com um decidido apoio à obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, como estabelecido na Argentina.⁶⁶ Também não faltaram elogios a Belgrano e a Sarmiento no que se refere às propostas e medidas de ampliação da educação pública. É evidente que, ao valorizar os avanços significativos do sistema educacional argentino nas décadas precedentes, Oliveira Lima pretendia transmitir uma mensagem aos governos do seu país, já que, no Brasil, a expansão do ensino público, em todos os níveis, ainda estava muito longe de ser implementada. Basta lembrar que, segundo dados do censo brasileiro de 1920 —ano da publicação do livro de Lima—, a taxa de analfabetismo atingia 64,9% da população brasileira de 15 anos ou mais, sem contar que os resultados dos censos, nessa época, não eram confiáveis.⁶⁷ Além disso, ainda não havia universidades no país, apenas cursos superiores em escolas isoladas.⁶⁸

O autor procurou fazer uma síntese do sistema educacional argentino, das escolas primárias às universidades (Córdoba, Buenos Aires, La Plata, Tucumán e Santa Fé), passando pelas escolas especiais (militares, agrícolas etc.). Uma das principais questões abordadas foi o movimento de

⁶⁴ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 101.

⁶⁵ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 93-110 (capítulo VII: O espírito social e os serviços de assistência pública).

⁶⁶ No Brasil, a Constituição outorgada em 1824, vigente durante todo o período monárquico, já incluía um artigo determinando que a instrução primária deveria ser “gratuita para todos os cidadãos” (o que, evidentemente, excluía a população escrava). Na prática, entretanto, a garantia do acesso (quase) universal à escola fundamental só passou a ser uma realidade, no Brasil, no final do século XX.

⁶⁷ Cf. FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? In: *Educação e Sociedade*. Campinas, SP, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

⁶⁸ As primeiras escolas superiores isoladas, no Brasil, foram criadas por D. João VI, após a chegada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. E as primeiras universidades só foram criadas no século seguinte: a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920; a Universidade de Minas Gerais, em 1927, e a Universidade de São Paulo, em 1934.

reforma universitária, iniciado em Córdoba, em setembro de 1918, por iniciativa dos estudantes.⁶⁹

Sobre os episódios do movimento universitário, comentou o historiador brasileiro:

Tive o ensejo de assistir por assim dizer à transformação universitária argentina, isto é, à radicalização do seu ensino superior, levada a cabo pela iniciativa dos estudantes de harmonia com o espírito geral do momento histórico, dentro e fora da república. Aqueles a quem repugna essa virtual preponderância, não só moral como positiva, do corpo discente sobre o docente, chamam à nova ordem de coisas o sistema dos *soviets*, equiparando os estudantes aos *bolsheviki* e esquecendo que a culpa recai em boa parte sobre o professorado. Este afastou-se bastante dos seus deveres nos tempos em que era único a mandar, desprezando a pura chama educativa, organizando camarilhas pedagógicas que acabavam por fechar-se à própria renovação intelectual e explorando a situação criada pelas circunstâncias e pela intenção no benefício dos seus interesses, fornecendo aos alunos umas lambugens de saber e utilizando a cátedra como pedestal para posições políticas.⁷⁰

Oliveira Lima deixou claro em que lado se situava nos episódios da reforma universitária: a favor da renovação do ensino superior protagonizada pelos estudantes. E defendeu o papel da universidade como um “centro aberto de irradiação de cultura”, não só para aqueles que desejassem obter certificados e diplomas, como também para aqueles que somente ansiassem por conhecimento. Elogiou, nesse sentido, o “feitio mais moderno” da Universidad Nacional de La Plata, fundada em 1905. E ressaltou o “perfil prático” da Universidad Nacional de Tucumán —com suas escolas superiores de Agricultura, Engenharia, Farmácia e Escola Normal—, apesar de ser “pouco mais de uma promessa”, com apenas cinco anos de existência.⁷¹ Vale ressaltar que Oliveira Lima destacou o papel fundamental da UNLP no movimento reformista. Se na Universidad de Córdoba, pela persistência do tradicionalismo católico, o movimento reformista adquiriu uma obstinação e tenacidade muito intensas, em La Plata, a criação recente da universidade não possibilitou o surgimento de grupos conservadores poderosos no interior do seu corpo dirigente e docente. Pelo contrário, na UNLP havia uma situação favorável à recepção das propostas reformistas. Deve-se salientar, também, que a aprovação do autor brasileiro à Reforma Universitária alinhava-se com o decisivo apoio do governo Yrigoyen ao movimento.⁷²

Como auxiliares poderosos para a educação da população argentina, o viajante brasileiro ressaltou o papel das bibliotecas, das instituições culturais e da imprensa. Oliveira Lima fez referências a periódicos de Buenos Aires e das províncias. Entre os diários da capital argentina, elogiou *La Prensa*, *La Nación* e *La Razón*, principalmente o primeiro. Sobre *La Prensa*, destacou a

⁶⁹ Sobre o movimento pela Reforma Universitária na Argentina, ver: PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la Reforma Universitaria (1918-1938)*. 2ª. ed., México: Siglo XXI, 1987; BUCHBINDER, Pablo. *Revolución en los claustros? La Reforma Universitaria de 1918*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008; HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la república verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires: Ariel, 2005, p. 103-123.

⁷⁰ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 114-115.

⁷¹ A Universidad Nacional de Tucumán foi fundada em 25 de maio de 1914 e nacionalizada em 1921.

⁷² Cf. HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la república verdadera (1910-1930)*, p. 108-111.

infra-estrutura, organização material e os serviços prestados pela empresa jornalística. Entre estes, uma biblioteca aberta ao público e o Instituto Popular de Conferências, presidido por Estanislao Zeballos.⁷³

Oliveira Lima também fez rápidas referências ao órgão oficial do Partido Socialista, *La Vanguardia*, ao jornal anarquista *La Protesta* e aos jornais provinciais *La Capital*, de Rosario, e *El Orden*, de Tucumán. Apenas ao periódico anarquista foram dirigidas críticas negativas. *La Protesta*, segundo o autor brasileiro, usava de “linguagem virulenta e nem sempre asseada”. Citou também *El Diario*, “acentuadamente aliadófilo”; *La Unión*, “gemanófilo”; *La Época*, alinhado com o governo radical; e *La Mañana*, “empenhado numa mordaz oposição ao presidente Yrigoyen e aos seus ministros”. Mesmo o último, segundo Oliveira Lima, procurava evitar a vulgaridade. O autor brasileiro não se esqueceu de mencionar a existência de inúmeros jornais publicados em línguas estrangeiras, numa sociedade com mais de dois milhões de imigrantes. Não resta nenhuma dúvida de que Lima procurou, nos meses em que esteve no país vizinho, conhecer e valorizar a produção cultural, editorial e jornalística argentina. Escrever sobre essa produção para o leitor brasileiro tinha como objetivo, evidentemente, não só revelar e transmitir seu conhecimento sobre a produção do país vizinho como também estimular semelhante produção em seu próprio país.

A construção e o culto da memória nacional também compareceram nas impressões sobre a Argentina escritas por Lima. Citou como lugares de memória,⁷⁴ entre outros por ele visitados, o Museu Histórico Nacional, o Museu Mitre, a Quinta Pueyrredón e a Casa Histórica da Independência, em Tucumán. Considerava que na Argentina havia um verdadeiro amor à tradição nacional, particularmente em relação aos eventos e personagens relacionados ao processo de independência, momento em que, de fato, teria nascido a “tradição argentina”.⁷⁵

Os dois últimos capítulos foram dedicados a personalidades da vida cultural, intelectual e política do país.⁷⁶ Em “Figuras literárias”, o autor fez rápidos comentários sobre a obra de expoentes das letras na Argentina, tanto do século XIX como do início do XX: Esteban Echeverría, Domingo F. Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, José Ingenieros, Lucas Ayarragaray, Carlos Octavio Bunge, Leopoldo Lugones, Ricardo Rojas, Manuel Gálvez, entre outros. Segundo Oliveira Lima, havia, na Argentina, a prevalência da sociologia, das ciências políticas e da economia, se comparadas à

⁷³ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 111-125 (capítulo VIII: O amor à instrução).

⁷⁴ Para o conceito de “lugar de memória”, ver: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

⁷⁵ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 126-133 (capítulo IX: O carinho pela tradição).

⁷⁶ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 134-158 (capítulo X: Figuras literárias) e p. 159-186 (capítulo XI: Algumas personalidades representativas da cultura nacional).

história e à filosofia. E, em seu julgamento, no pensamento argentino o gosto pela empiria preponderava, em detrimento do idealismo.⁷⁷

Ao dissertar sobre os escritores da época, Oliveira Lima demonstrou especial predileção por Juan Agustín García e Hugo Wast (pseudônimo de Gustavo Martínez Zuviría), admirador que era da linguagem concisa e clara. O autor brasileiro qualificou *La ciudad indiana*, de García, como um “clássico” e viu como aspecto negativo de sua obra publicada até 1919, apenas o anticlericalismo.⁷⁸ Considerava Hugo Wast, por sua vez, “o primeiro [...] dos romancistas argentinos” e identificava em suas obras a presença de “vibração nacional”.⁷⁹

Sobre Lugones e Ricardo Rojas —que Lima reconheceu serem literatos consagrados e estarem, na época, entre os mais importantes homens de letras da Argentina—, o autor brasileiro salientou, como não poderia deixar de ser, o caráter nacionalista de suas obras. Para Lima, Rojas era “tradicionalista até a medula”, pretendendo “descobrir nos movimentos políticos e sociais de que se ocupa o caráter nacional — *la argentinidad* [...]”. Apesar de externar elogios aos predicados literários de Lugones e Rojas, Lima ressaltou aspectos que considerava negativos: em Lugones, o excesso de retórica e de “grandiloquência espanhola”; em Rojas, a parcialidade e preconceitos presentes nos seus ensaios históricos, além da falta de emoção e sentimento. Outro escritor que recebeu comentários elogiosos, embora comedidos, foi Manuel Gálvez, particularmente sua novela

⁷⁷ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 134-135. Sobre a intelectualidade argentina, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, e os autores citados por Oliveira Lima, ver: TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910): derivas de la “cultura científica”*. 2ª. ed., Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008; TERÁN, Oscar. *Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008 (lecciones 5, 6 e 7); DEVOTO, Fernando & PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009 (capítulos 2, 3, 4); ALTAMIRANO, Carlos & SARLO, Beatriz. “La Argentina del Centenario: campo intelectual, vida literaria y temas ideológicos”; ALTAMIRANO, Carlos. “La fundación de la literatura argentina”. In: ALTAMIRANO, Carlos & SARLO, Beatriz. *Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Ariel, 1997, p. 161-209.

⁷⁸ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 135, 137-139. O escritor, ensaísta, sociólogo e jurista Juan Agustín García (1862-1923), em sua obra mais conhecida, *La ciudad indiana* (1900), via a cidade colonial de maneira negativa, discordava da valorização do passado espanhol, criticava a mitologia do *gaucho* e percebia uma continuidade entre a cidade e a campanha, ao invés da recorrente contraposição entre cidade e campo, celebrizada a partir do *Facundo* de Sarmiento. Mas, como o sanjuanino, García também defendia a necessidade de “civilizar” a sociedade argentina e revelava uma leitura prematuramente desencantada da Argentina de fins do século XIX. Cf. GARCÍA, Juan Agustín. *La ciudad indiana, Sobre nuestra incultura, y otros ensayos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2006 (estudio preliminar de Fernando Devoto). Ver, também: DEVOTO, Fernando. “Las dos ciudades de Juan Agustín García. De ‘La ciudad indiana’ a la metrópolis del centenario”. *Estudios Sociales*. Revista Universitaria Semestral, Año XII, No. 22-23, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, 2002, p. 75-93; DEVOTO, Fernando & PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*, capítulo 2.

⁷⁹ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 139-142. Hugo Wast (1883-1962) publicou romances, teatro, poesia e ensaios e exerceu, ao longo de sua vida, uma militância nacionalista, católica e antisemita. Nos anos 1910, fez oposição à UCR e ao governo de Hipólito Yrigoyen. Foi militante anticomunista e, posteriormente, apoiou o regime franquista. De maneira evidente, usou sua obra literária como meio de propaganda de suas concepções políticas e religiosas. Ao morrer, havia vendido mais de três milhões de exemplares de seus livros, na Argentina e no exterior, tornando-se um dos escritores argentinos mais lidos no mundo até então. Nomeado diretor da Biblioteca Nacional em 1931, pelo regime ditatorial de Uriburu, foi mantido no cargo até 1955, ano do golpe que derrubou o presidente Juan Domingo Perón. A crítica à sua produção literária, em geral, foi negativa. Sobre Hugo Wast, ver: SENKMAN, Leonardo & SOSNOWSKI, Saúl. *Fascismo y nazismo en las letras argentinas*. Buenos Aires: Lumiere, 2009, p. 60-62.

La maestra normal.⁸⁰ Como Rojas e Lugones, Gálvez também havia se comprometido com a preservação da nacionalidade argentina. Rojas defendia a “restauração nacionalista”, as tradições, a história pátria, o idioma e a nacionalização dos descendentes de imigrantes, opondo-se ao cosmopolitismo e ao individualismo.⁸¹ Gálvez, por sua vez, buscou resgatar o legado cultural espanhol e valorizar o catolicismo e a “raça hispânica”, abraçando o revisionismo histórico.

A despeito de alguns comentários elogiosos, próprios de um autor que se pretendia parcial e ponderado em suas observações e julgamentos, Oliveira Lima fez evidentes críticas ao nacionalismo ao estilo de Rojas, Lugones e Gálvez. O ex-diplomata brasileiro não partilhava as concepções desse nacionalismo *criollista*, hispanista ou iberista. Continuava acreditando na imigração como fator de progresso e não como um elemento dissolvente, conforme pensava, por exemplo, Ricardo Rojas. Apesar do inquestionável impacto negativo da Grande Guerra, Oliveira Lima continuava apostando em valores herdados do século XIX: civilização, progresso, ordem, produção e trabalho. Mantinha suas crenças liberal-conservadoras, contudo não só admitia como considerava necessária a implementação de reformas que evitassem a radicalização dos conflitos, particularmente os embates sociais, vinculados às lutas entre trabalho e capital. Lima distinguiu com clareza a presença e o avanço de ideias revisionistas no meio intelectual argentino, mas não aderiu a elas. Não compartilhava da “reação nacionalista”. Conforme o previsível, percebe-se que Oliveira Lima não tinha conseguido adquirir um conhecimento aprofundado sobre todos os autores que citou em seu livro, mas, apesar disso, o historiador brasileiro demonstrou, em inúmeras passagens da obra, que, ao longo e depois da viagem, tinha buscado inteirar-se acerca dos principais temas e autores presentes na produção intelectual e literária argentina —não só de Buenos Aires como, na medida do possível, das províncias—, revelando um certo domínio sobre os principais eixos do debate intelectual e político-ideológico do país vizinho. E não se deve esquecer o uso, até certo ponto, de um discurso cuidadoso e diplomático por parte do autor.

Além de ensaios e romances, fez breves comentários sobre a poesia e a pujante produção teatral. Dedicou-se, também, à historiografia argentina da época.⁸² Sobre a produção histórica, Lima deixou clara sua preferência pelos estudos rigorosos e eruditos, com ampla base documental e “imparcialidade, predicado essencial de um historiador”, mas fez referências a historiadores de diferentes tendências. Clemente Fregeiro, de filiação positivista, por exemplo, foi elogiado pelo rigor e pela “exatidão das informações” contidas em seus trabalhos. Segundo Lima, era a pessoa que ele

⁸⁰ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 136-137, 142-143.

⁸¹ Ver ROJAS, Ricardo. “La restauración nacionalista. Crítica de la educación argentina y bases para una reforma en el estudio de las humanidades modernas” (1909). In: BOTANA, Natalio R. & GALLO, Ezequiel. *De la república posible a la república verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Ariel, 1997, p. 574-580.

⁸² OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 143-158.

tinha encontrado na Argentina “mais esclarecida sobre os historiadores e a história do Brasil”.⁸³ Destacou, também, a produção de Ricardo Levene e citou, brevemente, trabalhos de Gregorio F. Rodríguez, Roberto Levillier, Martiniano Leguizamón, J. Francisco V. Silva, entre outros. Também fez referências à obra de Diego Luis Molinari, incluindo-o entre os historiadores “iconoclastas”, crítico severo de figuras “vivas e mortas do panteão nacional”, assim como de diversos autores, consagrados ou não. Salientou em Molinari a erudição, a investigação paciente e a compreensão do alcance histórico dos fatos, com visão de conjunto, baseada na documentação mas indo além dela, buscando interpretar os fenômenos históricos. Nos anos 1910, jovens historiadores pertencentes à chamada *Nueva Escuela Histórica* —Levene, Levillier, Molinari, Emilio Ravignani, Luis M. Torres, Rómulo Carbia, entre outros— defenderam o rigor metodológico como distinção de sua geração em relação aos historiadores do passado. Molinari, desde a mocidade, foi um dos mais áspers críticos às obras históricas de Bartolomé Mitre, Vicente Fidel López e Paul Groussac, os “deuses maiores”, acusando-os de ausência de crítica documental, interpretações equivocadas e falsificação dos fatos.⁸⁴

Oliveira Lima distinguiu e ressaltou a existência de uma produção histórica revisionista, caracterizada pelo maior peso conferido à “tradição espanhola, inseparável da história colonial”, mas com viés nacionalista. Essa produção era crítica à supremacia de Buenos Aires sobre as demais províncias e ao componente excessivamente cosmopolita e “estrangeiro” do domínio buenairense. Além disso, recuperava figuras —como os caudilhos federalistas— antes banidas ou ofuscadas da história ensinada nos manuais e nas escolas, em razão —segundo os revisionistas— da adulteração completa e tendenciosa sobre “a vida e a significação moral de personagens como Facundo Quiroga em La Rioja, Bustos em Córdoba, Francia e Solano López no Paraguai”, que, para eles, não teriam sido “bandidos e sim heróis”.⁸⁵

Na sua avaliação, pretensamente ponderada, Oliveira Lima buscou contemporizar:

Essa história chega por tal forma ao nativismo, que tem coisas boas e más, podendo até ser comparado à língua de Esopo que, segundo o fabulista, era o que havia de melhor e de pior. Do que conheço dessa variedade literária na Argentina não posso dizer que seja má, pois que ao

⁸³ Clemente Fregeiro foi presidente da Comissão do Centenário, responsável por elaborar uma *História da República Argentina*. Foi um grande incentivador da busca, seleção e publicação de documentos e teve papel importante como mentor de jovens pesquisadores. Cf.: DEVOTO, Fernando & PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*, p. 145-148.

⁸⁴ O político, diplomata e historiador Diego Luis Molinari (1889-1966) foi militante da UCR, deputado nacional e senador, além de subsecretário de Relações Exteriores durante o governo de Yrigoyen, em cujo cargo defendeu a neutralidade argentina na Grande Guerra, posição que contava com o apoio de Oliveira Lima. Figura polêmica, Molinari, filho de um imigrante italiano, não pertencia às oligarquias argentinas e tinha ascendido politicamente durante os governos radicais de 1916 a 1930. Severo crítico da ingerência britânica na Argentina, posteriormente alinhou-se ao peronismo. Cf.: DEVOTO, Fernando & PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*, p. 147.

⁸⁵ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 150. Sobre os manuais didáticos de história argentina, ver o trabalho da pesquisadora brasileira Stella Maris Scatena FRANCO: *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de história nacional (1868-1912)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003. A autora analisou as representações da nação argentina em manuais de José Manuel Estrada (1868), Clemente Fregeiro (1886), Vicente Fidel López (1898) e Ricardo Levene (1912), inserindo-os no debate e no esforço pela consolidação do Estado e da identidade nacional argentina.

mesmo tempo que se esforça para criar uma verdadeira tradição nacional, para tanto empreendendo uma revisão da história argentina, empenho no qual colaboram aqueles que chamei historiadores iconoclastas, deseja colocar Bolívar no seu justo lugar, não exaltando sobremaneira San Martín às custas do Libertador e não entretendo por conseguinte rivalidade estéreis e irritantes [entre os países hispano-americanos].⁸⁶

Em nota, o autor brasileiro esclareceu que tinha optado por tratar apenas de historiadores vivos que tinha conhecido e que, posteriormente, pretendia abordar autores já falecidos, como, entre outros, Adolfo Saldías, “ardente admirador da política de Rosas”, conforme julgamento do próprio Lima.⁸⁷

Oliveira Lima destacou, também, a importância da publicação, por diferentes instituições — como o Archivo General de la Nación, a Facultad de Filosofía y Letras de la UBA, o Museu Mitre, a Junta de História—, de coletâneas de documentos oficiais e particulares, raridades bibliográficas, além de, em “soberbas edições fac-similares”, jornais das primeiras décadas do século XIX. A maioria desses documentos era referente ao período que se estendia da criação do vice-reinado à organização do Estado nacional. Ademais, a Biblioteca do Congresso estava, também, fazendo um esforço para publicar documentos, buscados nos arquivos espanhóis, sobre diferentes aspectos do período colonial.⁸⁸

Vale ressaltar, ainda, os comentários elogiosos de Lima ao trabalho de uma historiadora, Elisa Ferrari Oyhanarte, sobre a Batalha de Cepeda, em 1859, entre as forças lideradas por Urquiza e, de outro lado, Mitre. Segundo Lima, ainda que não houvesse pesquisa original no trabalho, Ferrari escrevia com segurança e clareza. Em várias passagens do livro, Lima defendeu a necessidade de que as mulheres passassem a ocupar papéis cada vez mais destacados na sociedade, referindo-se não só à Argentina, mas também, evidentemente, ao Brasil.

O autor brasileiro também destacou os estudos de história pré-hispânica, arqueologia americana e etnografia realizados, inicialmente, por Juan Bautista Ambrosetti, primeiro diretor do Museu Etnográfico da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires, fundado em 1904.⁸⁹ Ambrosetti havia formado discípulos, como Salvador Debenedetti, que sucedeu o mestre na direção do Museu, no período de 1917 a 1930, como também na Junta de História. Lima reconheceu,

⁸⁶ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 150-151.

⁸⁷ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 152, nota 1. Não obtive sucesso na localização do estudo complementar que o autor brasileiro afirmou que pretendia escrever sobre a historiografia argentina. Esse trabalho deveria ser, segundo Lima, “um ensaio sobre as ideias argentinas através dos seus pensadores”, já que, no seu livro publicado em 1920, o autor teve como pretensão apenas “traduzir as impressões do momento político e social”. O mais provável é que esse ensaio sobre as ideias argentinas não tenha sido escrito ou publicado por Oliveira Lima. Inclusive, não é citado pelos estudiosos e comentaristas de sua obra.

⁸⁸ O historiador brasileiro também fez referência à importância das coleções de literatura e história hispano-americana publicadas pela Editorial América, dirigida, na Espanha, pelo venezuelano Rufino Blanco Fombona. (OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, pp. 147-149, p. 151).

⁸⁹ Lima criticou, no entanto, a falta de espaço para a manutenção e exposição das coleções, em grande parte ainda amontoadas no porão do edifício da Faculdade, em armários ou caixas. Observou, ademais, que os recursos eram poucos e insuficientes, tanto para a aquisição de objetos como para as viagens de exploração científica.

entretanto, que a obra do Museu exercia atração sobre um “círculo intelectual limitado”. Apesar do fato não ter sido ressaltado por Lima, não deixa de chamar a atenção a origem italiana dos dois etnógrafos, Ambrosetti e Debenedetti, o que permite supor que a arqueologia e a etnografia americanas exerciam, naquela época, uma atração muito maior sobre os descendentes de imigrantes do que sobre os intelectuais pertencentes às oligarquias argentinas, que, via de regra, desprezavam tanto o passado como o presente indígena do país.⁹⁰

Lima finalizou a obra com suas impressões sobre algumas das mais importantes personalidades da vida política e intelectual do país, com as quais, segundo declaração sua, chegou a conviver e trocar idéias: Estanislao S. Zeballos, Ernesto Quesada, Norberto Piñero, Rodolfo Rivarola e Ramón J. Cárcano.⁹¹ Vale registrar que Zeballos, Piñero e Rivarola receberam e apresentaram elogiosamente Oliveira Lima, por ocasião das conferências que o brasileiro pronunciou, respectivamente, no Instituto Popular de Conferências do jornal *La Prensa*, na Facultad de Filosofía y Letras da UBA e na UNLP. Além disso, Lima tinha sido recebido nas residências de Zeballos, Ernesto Quesada e Ramón Cárcano —no caso do primeiro, segundo o próprio Lima, com “o mais encantador e carinhoso tratamento”.⁹² Portanto, a atenção especial de Oliveira Lima, em seu livro, aos cinco intelectuais mencionados deve-se, também, à sua recepção por parte dos colegas argentinos.

Apesar de enaltecer qualidades nos cinco personagens, a quem denomina “intelectuais”,⁹³ não há a menor sombra de dúvida de que Oliveira Lima ficou realmente impressionado com Zeballos, a quem reservou as maiores simpatias e elogios, tanto à figura humana, quanto ao jurista, político, escritor, ensaísta, intelectual e ministro, por três vezes, das Relações Exteriores da Argentina. Lima destacou, enfaticamente, as múltiplas funções desempenhadas por Zeballos, mencionadas em várias passagens e capítulos do livro: jornalista; diretor, por muitos anos, de *La Prensa* e da *Revista de Derecho, Historia y Letras*; presidente do Instituto Popular de Conferências;

⁹⁰ Vale ressaltar, também, que Oliveira Lima não fez qualquer menção aos trabalhos do etnógrafo brasileiro Antonio Carlos Simoens da Silva (1871-1948), que, em três viagens pela Argentina (1900-1901, 1910 e 1936), estabeleceu contatos importantes com pesquisadores do país vizinho —inclusive Ambrosetti e Debenedetti—, empreendeu excursões e investigações pelo interior do país, tendo percorrido diversas províncias e publicado extensos relatos, um deles publicado no Brasil bem antes da viagem de Oliveira Lima: *Viagem pelo interior da República Argentina* (1910). Além desse livro, publicou posteriormente mais duas obras em que relata viagens à Argentina: *Viagens etnográficas sul-americanas: Argentina-Bolívia* (1921) e *Notas de viagem em torno da América do Sul* (1941). Simoens da Silva, em seus trabalhos, dedicou-se, principalmente, a tratar das populações indígenas, particularmente, no caso argentino, do noroeste. O mais provável é que Oliveira Lima desconhecesse os trabalhos de Simoens da Silva, tanto em razão de a etnografia não ser uma área de estudos de seu particular interesse como também pelo fato de Lima ter vivido muitos anos longe do Brasil.

⁹¹ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 159-186 (Algumas personalidades representativas da cultura nacional).

⁹² Lima afirmou que o mesmo tratamento carinhoso foi dado a ele na casa dos familiares do falecido diplomata Martin García Mérou, que havia sido cônsul no Brasil. Cf. OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 49 (nota 1), p. 51-52.

⁹³ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 172.

professor e diretor da Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires; advogado; além das inúmeras atividades políticas e intelectuais.

O ex-diplomata brasileiro distinguiu e endossou a posição de Zeballos a favor da neutralidade na Guerra Mundial e suas desconfianças em relação ao projeto de hegemonia estadunidense no continente. No entanto, não deixou de mencionar o discurso de Zeballos por ocasião da homenagem prestada pela Universidade de Buenos Aires, em 1913, a Theodore Roosevelt, no qual o jurista argentino declarou que, embora aceitasse o corolário rooseveltiano à Doutrina Monroe aplicado a regiões como o Caribe, considerava que, no caso da Argentina, a doutrina não tinha aplicação, pois seu país havia alcançado um tal grau de civilização que não necessitava da proteção dos Estados Unidos, podendo defender-se por sua própria conta.⁹⁴

Zeballos, como se sabe, foi uma figura política controversa, que colecionou, além de aliados, desafetos e inimigos. No Brasil, particularmente, contraiu inúmeros adversários, especialmente políticos, intelectuais e diplomatas que tinham sido próximos do falecido Barão do Rio Branco, com quem Zeballos teve relações marcadas por divergências e rivalidades. Em diversos momentos, o ministro argentino tinha se envolvido em situações tensas com o governo brasileiro, provocadas por uma perspectiva militarista, de disputa com o Brasil pela liderança na América do Sul e de defesa da competição armamentista entre os dois países. Vale dizer que essa disputa era estimulada por setores políticos e diplomáticos dos dois países.⁹⁵

Oliveira Lima também defendeu Zeballos no que diz respeito às relações entre Argentina e Brasil, durante a gestão do político argentino como chanceler. Segundo Lima, Zeballos era favorável à “união das três maiores potências da América Latina — o Brasil, a Argentina e o Chile”, citados por Lima nessa ordem. Também era, segundo o brasileiro, defensor da constituição de uma “aliança defensiva” entre os três países, assim como da negociação de um tratado de comércio entre o seu país e o Brasil. Zeballos visaria, dessa forma, a formação de “um bloco latino-americano” que fortalecesse a defesa da integridade territorial e da soberania dos países integrantes e, conseqüentemente, de toda a América Ibérica.⁹⁶ Entretanto, sabe-se que, segundo vários analistas de política internacional, as gestões de Zeballos frente à chancelaria argentina estão entre as fases mais tensas das relações entre os dois maiores países sul-americanos.⁹⁷

⁹⁴ Sobre a visão de Oliveira Lima acerca de Zeballos, cf. *Na Argentina*, p. 159-169.

⁹⁵ Cf. BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 169-308 (“Argentinos: parceiros e rivais”), p. 383-412 (“Brasil-Argentina: cordialidade desconfiada”) e p. 413-451 (“As idéias de Tríplice Entente do Sul e de subimperialismo”). Halperín Donghi faz referências aos “belicosos toques de clarim” de Zeballos, acolhidos pelo maior diário argentino da época, *La Prensa*. Ver: HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la República verdadera (1910-1930)*, p. 25-26.

⁹⁶ Cf. OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 166-167.

⁹⁷ Cf. BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República*. Ainda que as considerações de Bueno tenham sido elaboradas a partir da perspectiva brasileira, não há como negar o aspecto belicoso da gestão de Zeballos. As propostas de um tratado entre Argentina, Brasil e Chile, na época da gestão de Rio Branco no Itamaraty, não se concretizaram. Um

Os efusivos elogios de Oliveira Lima a Zeballos e sua visão tendenciosamente favorável ao ex-ministro argentino podem ser explicados por vários motivos: a admiração e afinidades intelectuais, explicitadas pelo autor brasileiro; a defesa da neutralidade na Guerra Mundial; as reservas em relação aos Estados Unidos. Mas é bastante provável que as divergências de ambos com Rio Branco, além dos ressentimentos de Oliveira Lima em relação ao ex-chanceler brasileiro, tenham sido fundamentais para essa aproximação.

O jurista, historiador, sociólogo e economista Ernesto Quesada —professor de Sociologia na Universidad de Buenos Aires e de Economía Política na Universidad Nacional de La Plata— também recebeu elogios de Oliveira Lima, principalmente à fecundidade e diversidade de sua produção intelectual. Com o intuito de realçar seu estilo, Lima reproduziu uma longa citação de um texto de Quesada sobre o poeta Guido y Spano, que tinha vivido parte de sua longa vida no Rio de Janeiro.⁹⁸ Os sucintos comentários de Lima sobre a obra de Quesada devem-se, possivelmente, às discordâncias do brasileiro em relação à defesa do rosismo por parte do intelectual argentino e às suas posições germanófilas na Grande Guerra. Não podemos esquecer que Lima tinha sido recebido por Quesada em sua residência, o que provavelmente inibiu o brasileiro a explicitar suas divergências com o buenairense.

Em Norberto Piñero, Oliveira Lima destacou sua dedicação à escola de educação industrial da qual tinha sido fundador e que dirigia na época, instituição voltada à educação prática e ao mercado de trabalho. Entretanto, não deixou de mencionar, educadamente, a decidida oposição de Piñero à neutralidade argentina e sua defesa dos aliados. Sobre o reitor da Universidad Nacional de La Plata, Rodolfo Rivarola, sucessor de Joaquín V. González no cargo, salientou a “orientação moderna” que pretendia imprimir à direção da UNLP, inspirando-se nos modelos universitários norte-americanos, mas sem desvirtuar o “caráter argentino” da universidade. Diplomáticamente, Oliveira Lima citou prédica de Rivarola a favor do unitarismo e da centralização do poder — inclusive, com a defesa da nomeação dos governadores das províncias pelo presidente da República—, mas preferiu não comentar.⁹⁹ Por último, referiu-se a Ramón J. Cárcano e ao seu particular interesse e conhecimento sobre as relações entre Argentina e Brasil. O historiador, político e diplomata Ramón Cárcano era membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico

novo projeto do Tratado do ABC, em 1915, sofreu forte oposição dos deputados Zeballos e Drago, que argumentavam que os termos do tratado eram inconstitucionais. O jornal *La Prensa* também fez intensa campanha contra o acordo. Apesar de aprovado pelo Senado argentino, o Tratado não foi sancionado pela Câmara dos Deputados do país platino (BUENO, p. 441-448).

⁹⁸ Vale registrar que Ernesto Quesada tinha relações próximas com o Brasil, tendo sido membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Sobre a obra de Quesada, ver: TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)*, p. 207-287; DEVOTO, Fernando & PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina* (capítulo 2).

⁹⁹ Sobre Rodolfo Rivarola, ver: DEVOTO, Fernando & PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina* (capítulo 2) e HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la república verdadera (1910-1930)*, p. 45-55, p. 195.

Brasileiro (IHGB) desde agosto de 1910, mantinha relações com várias personalidades do meios diplomático e intelectual brasileiro, havia cumprido importantes funções diplomáticas no Brasil, em distintos momentos de sua vida, e publicado trabalhos sobre as relações diplomáticas entre os países vizinhos.¹⁰⁰

Nas páginas finais do capítulo, após admitir que, antes de sua viagem ao Prata, não tinha familiaridade com a produção intelectual do país vizinho —como também reconhecia acontecer com “quase todos os brasileiros”—, Lima elogiou “a singeleza e a clareza” do estilo e da linguagem dos intelectuais argentinos. Citou, então, uma passagem de autoria do médico psiquiatra, diplomata, político e historiador Lucas Ayarragaray, “sociólogo de aguda penetração”, em que o autor revela uma visão crítica sobre a sociedade argentina, que percebia como utilitária, pragmática e plutocrática.¹⁰¹ Ao contrário da visão predominantemente pessimista sobre a história e o futuro da Argentina, presente em Ayarragaray, Lima explicitou sua própria avaliação: segundo o brasileiro, os argentinos possuíam um perfil “prático”, de “extraordinária atividade”, além de “virtudes de tenacidade, de previdência e de altruísmo”. Ademais, a sociedade argentina, a despeito do seu crescimento, não renegava suas tradições e cultivava a produção intelectual. Terminou suas impressões afirmando que, a partir da adoção do voto secreto, o país vizinho havia solidificado a democracia.¹⁰² Nas palavras de Oliveira Lima:

Se o presidente Yrigoyen, obedecendo por um lado aos seus instintos de justiça e de humanidade e por outro às suas responsabilidades de governante, se pôs afinal praticamente à testa do socialismo argentino, apoiando as pretensões dos que reclamam, e assim realizando, num momento de convulsão política e social, uma revolução maximalista pacífica, segundo uma expressão feliz, as oposições estão estabelecendo pelo sufrágio o contrapeso indispensável e eficaz para que a evolução se opere dentro dos limites do razoável, dando-se satisfação ao que é equitativo e negando-se ao que for incongruente e de natureza a estabelecer a desordem onde cabe predominar a ordem.¹⁰³

Oliveira Lima quis, evidentemente, contrapor-se às análises negativistas de Ayarragaray para juntar-se ao coro dos favoráveis ao presidente Yrigoyen e ao governo radical. Mas, ao mesmo tempo, deixou muito claro que seu apoio às pretendidas reformas yrigoyenistas relacionava-se a uma

¹⁰⁰ Posteriormente, de 1933 a 1938, Ramón Cárcano (1860-1946) foi embaixador da Argentina no Rio de Janeiro. Vale registrar que, em Buenos Aires, Oliveira Lima assistiu, em agosto de 1918, a uma conferência de Cárcano sobre as relações diplomáticas entre a Confederação Argentina e o Império do Brasil. Os comentários de Oliveira Lima sobre Ernesto Quesada, Norberto Piñero, Rodolfo Rivarola e Ramón J. Cárcano encontram-se em *Na Argentina*, p. 169-183. Sobre Cárcano e suas relações com o Brasil, ver: FRAGA, Rosendo. *Ramón J. Cárcano diplomata: a história como instrumento da diplomacia*. Brasília: FUNAG, 2000.

¹⁰¹ Lucas Ayarragaray (1861-1944) ocupou o posto de Ministro Plenipotenciário da Argentina no Brasil durante o mandato presidencial de Roque Sáenz Peña (1910-1914), período em que promoveu o tratado ABC. Seu livro mais conhecido, *La anarquía argentina y el caudillismo. Estudio psicológico de los orígenes argentinos* (1ª. edição de 1904) chegou a ser publicado em português (Rio de Janeiro: P. Arrua Rodas, 1916). Sobre Lucas Ayarragaray, cf. KOZEL, Andrés. *La Argentina como desilusión: contribución a la historia de la idea del fracaso argentino (1890-1955)*. México: Nostromo Ediciones: Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos de la UNAM, 2008, p. 1-57.

¹⁰² Oliveira Lima. *Na Argentina*, p. 183-185.

¹⁰³ Oliveira Lima. *Na Argentina*, p. 185-186.

percepção de que a adoção dessas medidas era a alternativa possível e necessária ao “mal maior”, a revolução popular. Sua caracterização do governo Yrigoyen como “socialista” e promotor de uma espécie de “revolução maximalista pacífica” revelava seu ponto de vista à direita da UCR e significava, de fato, o reconhecimento de que medidas de ampliação dos direitos sociais e políticos eram absolutamente imprescindíveis para evitar a “desordem”. Nesse contexto, a oposição conservadora cumpria, segundo ele, um papel crucial: o de evitar os excessos e promover a defesa da “ordem”.

Além de assumir claramente a defesa do governo Yrigoyen, em um ambiente de acirradas disputas políticas e convulsão social, também fica evidenciado que Oliveira Lima procurou inteirar-se, de fato, da produção e do debate intelectual argentino, tanto quanto possível. Ele mesmo afirmou que havia encarado o país vizinho com “simpatia sincera”, o que teria possibilitado uma visão mais ampla e evitado a difusão de preconceitos.¹⁰⁴

Vale registrar que, ao contrário de sua visão positiva da Argentina e diversamente da maioria dos intelectuais de sua geração, cultivou uma evidente antipatia pela França, e especialmente por Paris, considerados por Lima como espaços exportadores de frivolidades, modismos filosóficos e literários sem substância, corrupção dos altos valores, mundanismo, sensualismo, pornografia etc. Essa má vontade com a França aparece em diversas passagens ao longo do livro.¹⁰⁵ Os anos em que atuou como diplomata em Berlim, Londres, Washington, além do longo período em que viveu em Portugal, possivelmente ajudem a explicar essa visão negativa da França.

O sentido político da viagem, como já evidenciado, transparece ao longo de todo o texto e, explicitamente, nas cinco conferências pronunciadas pelo brasileiro na Argentina, de 26 de julho a 22 de agosto de 1918. As palestras —ministradas no Instituto Popular de Conferencias (do diário *La Prensa*), na Universidad de Buenos Aires (Facultad de Derecho y Ciencias Sociales e Facultad de Filosofía y Letras), Universidad Nacional de La Plata e Biblioteca del Consejo Nacional de Mujeres— foram incluídas no livro como apêndice às impressões da viagem, juntamente com alguns discursos. Na “nota preliminar” às conferências, o autor esclareceu que a publicação delas como anexo traduzia sua aspiração pela “solidariedade americana e muito particularmente por uma aproximação intelectual, moral e política entre o Brasil e a República Argentina, a bem da paz universal ou pelo menos continental”. Mas ressaltou que essa concórdia continental não seria possível sem o “mais importante dos seus fatores”, os Estados Unidos. Afirmou que as cinco conferências —intituladas “Os elementos de paz no Novo Mundo”, “A Sociedade das Nações Americanas e o Direito das Gentes”, “A diplomacia secreta e a diplomacia mundana”, “Recordações diplomáticas” e “O meu professorado em Harvard”— tinham sido amplamente divulgadas em

¹⁰⁴ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 153.

¹⁰⁵ Críticas sutis ou explícitas à França aparecem nas seguintes páginas de *Na Argentina*: 28, 33, 34, 46, 48, 67, 135, 144.

espanhol pelos mais importantes diários de Buenos Aires (*La Prensa, La Nación e La Razón*), além de revistas de destaque no meio acadêmico: *Anales de la Facultad de Derecho, Boletín de la Universidad de La Plata e Revista de Derecho, Historia y Letras* —esta última, fundada e editada por Estanislao Zeballos, de 1898 a 1923, ano de sua morte.¹⁰⁶

Nas palestras, Lima defendeu o internacionalismo, a diplomacia e o pacifismo. Ao tratar da América Hispânica e das razões históricas para a união e solidariedade entre os Estados nacionais que a compõem, Oliveira Lima demonstrou conhecimento sobre a história e o pensamento político da região. Ao contrário da crítica, recorrente, ao militarismo latino-americano, Lima afirmou que a América Latina era “a sociedade humana menos possuída do furor guerreiro. As violências [tinham] sido antes de caráter doméstico e provenientes do desequilíbrio social que nela se verifica[va] e da discordância entre os ideais e as realidades”.¹⁰⁷ E, coerente com suas críticas anteriores ao pan-americanismo, o historiador brasileiro criticou o expansionismo e imperialismo dos Estados Unidos: “o imperialismo é uma atmosfera de guerra latente e nela não medra a verdadeira democracia, a qual mal se compreende sem a igualdade, não só legal como social das raças que compõem uma população”. Mas idealizou a América Latina, afirmando não haver nela “conflitos de cor”. Em relação à Doutrina Monroe, afirmou que veio se “consagrar no exclusivo proveito continental dos Estados Unidos”. Nesse ponto da palestra, elogiou a Doutrina Drago, que teria estabelecido “o princípio da autonomia financeira como consequência do princípio de autonomia política”. Novamente Oliveira Lima defendeu que os países americanos deveriam manter a neutralidade diante do conflito europeu desencadeado em 1914. Clamou, também, pelo estabelecimento de uma “carta fundamental da sociedade das nações”, indispensável para o funcionamento de uma corte internacional de justiça.¹⁰⁸ Sobre os Estados Unidos, afirmou ainda que o imperialismo norte-americano —Lima usa o termo— tinha existido desde a independência, pois o país havia se constituído “a golpes de anexações, por compras e conquistas”. Acerca dessa questão, Oliveira Lima teceu elogios ao livro do diplomata e escritor argentino Martín García Mérou, sobre a política externa norte-americana, escrito a partir de sua experiência de oito anos como diplomata em Washington. Segundo Lima, “ninguém melhor” do que García Mérou havia exposto a história diplomática dos Estados Unidos.¹⁰⁹

¹⁰⁶ OLIVEIRA LIMA. *Na Argentina*, p. 187-254.

¹⁰⁷ Oliveira Lima. A sociedade das nações americanas e o direito das gentes. In: *Na Argentina*, p. 214.

¹⁰⁸ Oliveira Lima. A sociedade das nações americanas e o direito das gentes. In: *Na Argentina*, p. 214-223.

¹⁰⁹ Oliveira Lima. O meu professorado em Harvard. In: *Na Argentina*, p. 252. O historiador brasileiro refere-se ao seguinte livro de García Mérou: *Historia de la diplomacia americana: política internacional de los Estados Unidos*. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1904, 2 v.

Em outra conferência, fez críticas à atividade diplomática, mirando-a por dentro: os riscos da frivolidade, da desnacionalização, da passividade. E, novamente, declarou-se pacifista, pretendendo demonstrar a desmoralização da guerra e a sua “inutilidade como solução das questões políticas”.¹¹⁰

E em discurso proferido durante um banquete oferecido ao ensaísta brasileiro, em 1 de agosto de 1918, pelos colombianos residentes na Argentina, Lima referiu-se a Bolívar como “o maior homem” da história da América do Sul, pelo seu “gênio militar” e seu “gênio político”. Defendeu um maior e melhor conhecimento da história da América Latina e referiu-se elogiosamente ao “plano” de Manuel Gálvez, presente na ocasião, de “união intelectual entre nossos países latino-americanos”.¹¹¹ Elogiar Bolívar em um evento com hispano-americanos, organizado em sua homenagem, não surpreende. Mas um intelectual brasileiro afirmar que Bolívar ocupava esse lugar central na história sul-americana é digno de nota.

Evidencia-se no seu livro sobre a Argentina que Oliveira Lima —ao identificar inúmeros aspectos positivos em vários âmbitos da vida social, econômica, política, cultural e intelectual do país vizinho— pensava no Brasil, nos seus problemas e carências. Nos anos 1910, a Argentina vivenciava um processo de modernização mais rápido e profundo do que o Brasil, e os intelectuais brasileiros, ao perceberem esse fato, ou assumiam uma postura de desdém nacionalista, ou admiravam as conquistas do país vizinho e procuravam conhecê-las, para pensar em formas de aplicá-las no Brasil. Manoel de Oliveira Lima optou pelo segundo caminho. E ao fazê-lo, é perceptível que demonstrou uma aceitação crescente da necessidade de implementar reformas sociais, com o objetivo de evitar a agudização dos conflitos entre as classes. Suas reflexões sobre o governo de Yrigoyen demonstram isso. Mesmo mantendo muitas das suas concepções —por exemplo, em relação à questão racial—, revelou, na maturidade, que nem sempre se alinhava às perspectivas mais conservadoras, como havia ocorrido em momentos anteriores de sua trajetória política e intelectual.

Em relação ao papel do Estado junto à sociedade, transpareceu sua convicção, ao longo de todo o livro, de que o Estado deveria atuar como um interlocutor e mediador entre capital e trabalho, além de fomentar a educação, contribuir para a diminuição da pobreza, estimular a atividade econômica, melhorar a infra-estrutura etc.

O livro todo é elogioso ao país vizinho: aos seus avanços econômicos; suas diretrizes políticas; as conquistas nas áreas da educação, assistência social, produção intelectual etc. Não há críticas negativas, apenas algumas poucas observações sobre certos aspectos da vida social que ainda não eram plenamente satisfatórios. A viagem de Oliveira Lima teve, de fato, um caráter oficioso. Ele foi recebido por algumas das mais importantes personalidades do país —inclusive, como já

¹¹⁰ Oliveira Lima. A diplomacia secreta e a diplomacia mundana. In: *Na Argentina*, p. 230-234.

¹¹¹ Oliveira Lima. *Na Argentina*, p. 257.

mencionado, pelo próprio presidente da República—, que se esforçaram para mostrar a ele aspectos positivos da vida nacional. Disso não há dúvida. Porém, pode-se deduzir que as avaliações sobre a Argentina expressas no livro são um misto de elogios sinceros a uma atitude diplomática em relação aos novos amigos.

Em carta pessoal ao jovem conterrâneo e amigo Gilberto Freyre —escrita em Pernambuco, em março de 1919—, Oliveira Lima, recém chegado da viagem ao Prata, afirmou que tinha ficado no país vizinho muito mais tempo do que calculava a princípio, sete meses ao invés de três, e que tinha gostado muito de Buenos Aires e dos argentinos. Além disso, revelou a Freyre que estava concluindo o livro de impressões sobre o país vizinho. Em missiva de setembro do ano seguinte, Freyre afirmou que estava enviando em anexo uma cópia de um artigo que havia escrito sobre *Na Argentina* e encaminhado para publicação no *Diário de Pernambuco*. Na carta, como era de se esperar, elogiou a obra do amigo, considerando-o um livro “rico em sugestões e informações valiosas”. Em resposta, Lima agradeceu a leitura inteligente do amigo. Na época, Freyre, com apenas 20 anos, estudava na Baylor University, em Waco, Texas, e Oliveira Lima, seu amigo e conselheiro intelectual, aos 52 anos, tinha acabado de se mudar para Washington, onde viveria até sua morte, sete anos e meio depois. Infelizmente, o artigo de Freyre sobre *Na Argentina* não foi localizado, mas as cartas mostram claramente como as relações de amizade e afeto de um intelectual já estabelecido, com vasta obra, poderiam ajudar um jovem estudante promissor a abrir espaços no meio intelectual da época.¹¹² As cartas pessoais também revelam que, de fato, Oliveira Lima tinha voltado muito bem impressionado com o que viu e vivenciou no país platino e que seus elogios não eram apenas diplomáticos.¹¹³ Além disso, mesmo que, talvez, não endossasse privadamente todas as impressões positivas expostas no livro —como acontece em muitas obras de caráter diplomático e ou de viajantes—, era essa a imagem da Argentina que ele quis transmitir aos seus leitores, particularmente os brasileiros, em uma fase de maturidade, já excluído do corpo diplomático.

Como já salientado, o período em que Oliveira Lima esteve na Argentina coincidiu com os meses finais da Primeira Guerra Mundial, o impacto da Revolução Russa e do bolchevismo, o desenrolar da Revolução Mexicana, a Reforma Universitária (iniciada em 1918); a União Cívica Radical no poder; intensa mobilização operária; a Semana Trágica de janeiro 1919, ou seja, acontecimentos que alterariam dramaticamente os cenários mundial, latino-americano e argentino.

¹¹² É possível que o artigo não tenha sido publicado. Inclusive, não consta da lista de textos de Freyre publicados na imprensa e incluídos na Biblioteca Virtual Gilberto Freyre (www.bvgf.fgf.org.br). As cartas trocadas entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre estão em: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*, p. 47-55. Entre os anexos inseridos no livro organizado por Ângela de Castro Gomes também não se encontra essa resenha de Freyre.

¹¹³ Vale registrar as perspectivas divergentes que a obra de Gilberto Freyre iria assumir em relação às de seu conterrâneo, mestre e amigo de juventude, inclusive em relação à visão de ambos sobre a Argentina. Cf.: BAGGIO, Kátia Gerab. “Iberismo, hispanismo e latino-americanismo no pensamento de Gilberto Freyre: ensaios e impressões de viagens” (no prelo).

O livro de Lima permite concluir que o ensaísta e historiador brasileiro, a despeito das mudanças já apontadas em suas posições políticas, manteve suas concepções racialistas —e racistas—, sendo que, em nenhum trecho do livro, fez qualquer menção explícita ao massacre de populações indígenas nas chamadas Campanhas do Deserto, apesar de ter apostado na provável extinção das populações indígenas e de ter se referido elogiosamente à incorporação dos “férteis territórios que levaram o domínio argentino até aos confins meridionais do continente”.¹¹⁴

É perceptível, no livro, que Oliveira Lima, no que se refere às ideias, se identificava, mais claramente, com aquelas defendidas pelos intelectuais e políticos da chamada “geração de 1880” na Argentina: a crença no progresso, na legitimidade da razão e da ciência, na educação e na “civilização”; a centralidade do referencial teórico positivista; concepções políticas liberal-conservadoras; além da defesa da secularização, da ordem, do industrialismo, da urbanização, da imigração europeia, em uma palavra, da modernização. Lima, nascido em 1867, era contemporâneo do debate intelectual e científico finissecular. E, no livro, são perceptíveis suas discordâncias em relação às reações ultranacionalistas, “espiritualistas” e hispanistas que se fortaleceram no contexto do Centenário da Revolução de Maio, como transparece nas suas breves observações sobre as obras de Rojas, Lugones e Gálvez, conforme já abordado nesse texto.¹¹⁵

No entanto, apesar dessa identificação com as concepções predominantemente otimistas da década de 1880, Oliveira Lima deixou clara sua percepção de que, em fins dos anos 1910, se vivia um momento de transição, com aceleradas e profundas transformações que vinham ocorrendo no mundo e, em particular, na América Latina. Foi nesse sentido que fez críticas ao modelo liberal-oligárquico do período 1880-1916 e defendeu o reformismo yrigoyenista.¹¹⁶

Ao voltar ao Brasil, logo decidiu trasladar-se, junto com sua esposa e sua valiosa biblioteca, para a capital estadunidense, onde considerava que seu labor seria mais reconhecido que em seu país natal. Não se pode esquecer, contudo, para entender sua decisão pelo autoexílio, de seu ressentimento em relação à forma como havia se dado seu desligamento da carreira diplomática e, por outro lado, de seu desejo de promover os estudos sobre o Brasil e Portugal em terras norte-americanas.

¹¹⁴ Oliveira Lima. *Na Argentina*, p. 57.

¹¹⁵ Sobre a emergência de um campo intelectual argentino na época do Centenário, ver: ALTAMIRANO, Carlos & SARLO, Beatriz. “La Argentina del Centenario: campo intelectual, vida literaria y temas ideológicos”. In: *Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia*, p. 161-209. E acerca do debate intelectual na época do Centenário, em comparação com o Brasil de 1922, ver: FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro. “Celebraciones centenarias: nacionalismo y cosmopolitismo en las conmemoraciones de la Independencia. Buenos Aires, 1910 - Río de Janeiro, 1922”. In: ANDERMANN, Jens & GONZÁLEZ STEPHAN, Beatriz (eds.). *Galerías del progreso: Museos, exposiciones y cultura visual en América Latina*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2006, p. 331-372.

¹¹⁶ Sobre a “geração de 1880”, ver: BOTANA, Natalio R. & GALLO, Ezequiel. *De la república posible a la república verdadera (1880-1910)*. Buenos Aires: Ariel, 1997; PRIVITELLIO, Luciano de. “Del optimismo a las alarmas: itinerario de una generación”. Prólogo a: *El pensamiento de la Generación del 80*. Buenos Aires: El Ateneo, 2009 (compilado por Ricardo J. de Tito), p. 9-22.

O diplomata, político e escritor —poeta, romancista, ensaísta e crítico literário— Martín García Mérou (1862-1905), iniciou seu livro *El Brasil intelectual*, publicado em Buenos Aires em 1900, com a seguinte afirmação: “De todas as literaturas sul-americanas, nenhuma é tão pouco conhecida entre nós [os argentinos] como a do Brasil”.¹¹⁷ Seu livro sobre o Brasil é um trabalho de crítica sobre a literatura e o ensaísmo brasileiro, de grande fôlego e envergadura. García Mérou escreveu o livro durante o período em que foi representante, como diplomata, de seu país no Rio de Janeiro. O livro de García Mérou, que foi dedicado ao presidente Roca,¹¹⁸ é uma extensa síntese, com 39 capítulos e 469 páginas, sobre o pensamento brasileiro. O autor aborda a literatura brasileira no período colonial e no século XIX, a crítica literária, a filosofia, o ensaísmo político-social e a crônica jornalística. Após tecer comentários e reflexões sobre alguns dos mais importantes homens de letras brasileiros da época,¹¹⁹ termina a obra defendendo a fraternidade e o conhecimento mútuo entre Brasil e Argentina.¹²⁰ Do lado brasileiro não há, na época, qualquer obra sobre a produção intelectual argentina que se aproxime, em grau de conhecimento e aprofundamento, a este livro sobre *El Brasil intelectual*.

No prefácio de seu livro sobre a Argentina, Oliveira Lima afirmou que a ignorância sobre a Argentina, no Brasil, era “quase absoluta”. Mencionou o livro de García Mérou, para realçar que não havia obra similar, no Brasil, sobre o país vizinho.

García Mérou e, duas décadas depois, Oliveira Lima salientaram a ideia de que o conhecimento recíproco entre Brasil e Argentina, em suas respectivas épocas —entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX—, era praticamente nulo. Entretanto, podemos pensar que essas afirmações foram formuladas como uma maneira de valorizar e destacar a relevância de suas próprias obras. Não há dúvida de que os intelectuais argentinos e brasileiros tinham na Europa, nessa época, suas principais referências, principalmente na França. E que as relações entre o Brasil e os países hispano-americanos tinham sido caracterizadas, em diversos momentos, por desconfianças mútuas.¹²¹ Historicamente, o Brasil se aproximou muito mais da Europa e, posteriormente, dos

¹¹⁷ GARCÍA MÉROU, Martín. *El Brasil intelectual: impresiones y notas literarias*. Buenos Aires: Félix Lajouane Editor, 1900, p. 1.

¹¹⁸ O ex-presidente argentino Julio Roca, por sua vez, assumiu a Embaixada de seu país no Brasil em 1913, ano anterior ao de sua morte.

¹¹⁹ García Mérou trata da obra de Silvio Romero, Tobias Barreto, José Verissimo, Visconde de Taunay, Araripe Junior, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, além de vários outros ensaístas, poetas, romancistas e cronistas.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. 1 e p. 453.

¹²¹ A adoção da monarquia como forma de governo após a independência, os litígios fronteiriços e a participação do Brasil nas guerras no Prata são alguns dos fatores que reforçaram estas desconfianças. Bolívar, em carta a Santander, de 23 de janeiro de 1825, chegou a dizer que: “Infelizmente, o Brasil limita-se com todos os nossos Estados; por conseguinte, tem muitas facilidades para nos fazer a guerra com sucesso, como o queria a Santa Aliança. De fato, estou convencido de que será muito agradável a toda a aristocracia européia que o poder do príncipe do Brasil se estenda até destruir o germe da revolução. Começará por Buenos Aires e acabará por nós”. O texto é explícito: para Bolívar, o Brasil monárquico era um braço da Santa Aliança contra a América Hispânica, em luta para consolidar suas repúblicas recém-independentes. Ver BOLÍVAR, Simón. *Política*. BELLOTTO, Manoel Lelo e CORRÊA, Anna Maria Martinez (orgs.) São Paulo: Ática, 1983, p. 24.

Estados Unidos do que dos seus vizinhos. Esse distanciamento do Brasil em relação aos países hispânicos foi, de certa maneira, incorporado pela sociedade brasileira. A identificação dos brasileiros como latino-americanos é fluida, variável, mais ou menos presente dependendo das circunstâncias e do momento histórico. Mas, não há dúvida de que as diferenças foram, frequentemente, mais destacadas do que as similitudes.¹²² A América Hispânica —vista a partir de olhares brasileiros— é uma “outra” América, ainda que façamos parte deste todo complexo e contraditório denominado América Latina.¹²³ Como afirma Maria Ligia Prado, “a República não destruiu as distâncias entre o Brasil e a América Hispânica”, herdadas dos séculos de colonização portuguesa e do período monárquico.¹²⁴ Entretanto, os esforços de setores importantes da intelectualidade brasileira e hispano-americana pela aproximação e integração entre seus países, não devem ser esquecidos ou negligenciados.

Leslie Bethell, em artigo recente, depois de cuidadosa avaliação sobre o debate em torno da ideia de América Latina no Brasil, como também acerca da questão do pertencimento brasileiro à América Latina, concluiu:

A maioria dos intelectuais brasileiros, no entanto, como a maioria dos brasileiros, continuava a considerar [nos anos 1960 e 1970] que “América Latina” era sinônimo de América Espanhola, que o Brasil não pertencia à “América Latina” e que os brasileiros não eram essencialmente “latino-americanos”.¹²⁵

Bethell, entretanto, ao longo de todo o seu artigo, citou diversas, e notáveis, “exceções”, tanto de brasileiros como de hispano-americanos, das mais variadas vertentes teóricas e político-ideológicas, que pensaram o Brasil como parte integrante da América Latina: figuras da importância de Manoel Bomfim, Manuel Ugarte, José Vasconcelos, Alfonso Reyes, Emir Rodríguez Monegal, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Eduardo Galeano, Ángel Rama, entre outros.

O historiador britânico vinculou a efetiva inserção do Brasil como parte da “América Latina” somente a partir do momento em que os Estados Unidos, “e por extensão a Europa e o restante do mundo”, passaram a considerar o Brasil como integrante da *Latin America*, processo iniciado nos

¹²² Sobre a questão do distanciamento do Brasil em relação à América Hispânica, ver: BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Depto. de História - FFLCH - USP, 1998 (Tese de Doutorado); CAPELATO, Maria Helena. “O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). A grande transação* (vol. 2). São Paulo: SENAC, 2000, p. 285-316; PRADO, Maria Ligia Coelho. “O Brasil e a distante América do Sul”. In: *Revista de História*. São Paulo: Departamento de História - FFLCH - USP: Humanitas, 2001, n. 145, p. 127-149. E, mais recentemente, BETHELL, Leslie. “O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, vol. 22., n. 44, jul.-dez. 2009, p. 289-321.

¹²³ É sintomático que os brasileiros que vivem e trabalham nos Estados Unidos chamem os imigrantes hispano-americanos de “latinos”, distinguindo-os das comunidades de brasileiros. Os “latinos” são os outros, os hispânicos.

¹²⁴ PRADO, Maria Ligia Coelho. “O Brasil e a distante América do Sul”, p. 146.

¹²⁵ BETHELL, Leslie. “O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica”, p. 313.

anos 1920, mas consolidado a partir da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. Após fazer considerações sobre o fortalecimento das relações do Brasil com os demais países sul-americanos, a partir da constituição do Mercosul no início dos anos 1990, ressaltou que a região com a qual o Brasil procura se integrar atualmente é a América do Sul, e não a América Latina. E concluiu: “É chegada a hora de o mundo parar de considerar o Brasil como parte daquilo que, na segunda metade do século XX, foi chamado de América Latina, um conceito que seguramente perdeu a utilidade que talvez tenha tido alguma vez”.¹²⁶

Ainda que seja certo que o termo América Latina tenha tido uma longa e tortuosa história, e o pertencimento do Brasil à “América Latina” tenha sido, ao longo da história desse conceito, ambivalente e sujeito a mudanças conjunturais, vincular a história da inserção do Brasil à América Latina quase que exclusivamente ao reconhecimento norte-americano e europeu do conceito, é, no mínimo, discutível. Mesmo levando-se em consideração as resistências de intelectuais e políticos brasileiros à integração do Brasil com a América Hispânica, é sabido que há uma longa história “latino-americana” que buscou essa inserção, desde fins do século XIX, como o próprio Bethell demonstrou em seu texto. Seria desconsiderar essa história, que se vincula, sim, à reação dos países latino-americanos à política imperialista dos Estados Unidos, fortalecida, na região, a partir da Guerra Hispano-Americana de 1898, como demonstrou, há mais de duas décadas, Arturo Ardao.¹²⁷ Ou seja, mais uma vez, seria considerar apenas a visão das grandes potências ocidentais sobre a América Latina e minimizar o esforço significativo de vários políticos, intelectuais, artistas e produtores culturais latino-americanos —em todos os países, incluindo o Brasil— para pensar a América Latina, e o Brasil inserido nela, não só na produção ensaística, literária, das Humanidades, mas no cinema, na música, nas artes plásticas etc.¹²⁸ E esse esforço de integração do Brasil—apesar de se efetivar com mais força, evidentemente, em relação à América do Sul— está envolvido, historicamente, em um debate mais amplo sobre a integração latino-americana.

Em relação aos esforços pela aproximação entre os países vizinhos, Gustavo Sorá, em seu livro *Traducir el Brasil*, questionou o que ele denominou de “fórmula Mérou”, ou seja, a crença disseminada de que os países limítrofes da América do Sul não se conhecem. Ideia ainda mais frequente se relacionada ao (des)conhecimento mútuo entre o Brasil e os países hispano-americanos. Sorá, em seu trabalho, fez um levantamento cuidadoso das várias iniciativas de publicação de autores brasileiros na Argentina, e vice-versa, de autores argentinos no Brasil, ao longo do século

¹²⁶ BETHELL, Leslie. “O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica”, p. 314.

¹²⁷ ARDAO, Arturo. “Panamericanismo y latinoamericanismo”. In: Zea, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus ideas*. México, Siglo XXI/UNESCO, 1986, p. 157-171.

¹²⁸ Não se pode ignorar, por exemplo, as significativas conexões culturais entre o Brasil e as Antilhas, particularmente com Cuba, ou ainda, iniciativas importantes de intercâmbios culturais entre o Brasil e o México.

XX, e demonstrou que foi construído um significativo acervo, tanto de autores brasileiros traduzidos ao espanhol como de hispano-americanos traduzidos ao português.¹²⁹

Sem negar as dificuldades históricas da circulação de ideias entre o Brasil e a Argentina —e, num sentido mais amplo, entre o Brasil e os demais países hispano-americanos—, vários exemplos e iniciativas demonstram que, a despeito do propalado desconhecimento, houve iniciativas e projetos efetivos e importantes que promoveram o conhecimento mútuo, principalmente a partir do início do século XX. O livro de Oliveira Lima, *Na Argentina (impressões 1918-19)*, publicado em 1920, em português e em espanhol, e a intensa e profícua sociabilidade intelectual construída por ele no país vizinho insere-se nesse esforço mútuo.

¹²⁹ SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.